

TEXTOS PARA DISCUSSÃO, ISSN 0103-6661

**REVISÃO DA PNAD
A QUESTÃO CONCEITUAL E
RELATÓRIO DAS CONTRIBUIÇÕES**

NÚMERO 46

ABRIL DE 1991

Presidente da República
Fernando Collor de Mello

Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento
Zélia M. Cardoso de Mello

FUNDAÇÃO INSTITUTO
BRASILEIRO DE GEOGRAFIA
E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Eduardo Augusto Guimarães

Diretor-Geral
José Guilherme Almeida dos Reis

ÓRGÃOS TÉCNICOS SETORIAIS

Diretoria de Pesquisas
Lenildo Fernandes Silva

Diretoria de Geociências
Mauro Pereira de Mello

Diretoria de Informática
Nuno Duarte da Costa Bittencourt

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
Nelson de Castro Senra



Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas - DPE

1806
Data: 11-11-91
N.º de reg. 100

REVISÃO DA PNAD

A QUESTÃO CONCEITUAL

E

RELATÓRIO DAS CONTRIBUIÇÕES

IBGE - REDE DE BIBLIOTECAS
Diretoria de Pesquisas

DORIS LUZ RINALDI

Antropóloga, Analista Especializado do DEREN

MARCIA COELHO DE SEGADAS VIANNA

Geógrafa, Analista Especializado do DEREN

MARISA BRANDÃO ROCHA

Socióloga, Analista Especializado do DEREN

PAULO JAGER

Economista, Analista Especializado do DEREN

SEBASTIANA RODRIGUES DE BRITO

Socióloga, Analista Especializado do DEREN

RIO DE JANEIRO

1991

IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro

CEP 20 021 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

314.6(81)

R454u

DIRETOR DE PESQUISAS

LENILDO FERNANDES SILVA

DIRETORA-ADJUNTA DE PESQUISAS

MÁRCIA BANDEIRA DE MELLO LEITE

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE EMPREGO E RENDIMENTO

MARIA MARTHA MALARD MAYER

CHEFE DA DIVISÃO DE ESTUDOS E ANÁLISES

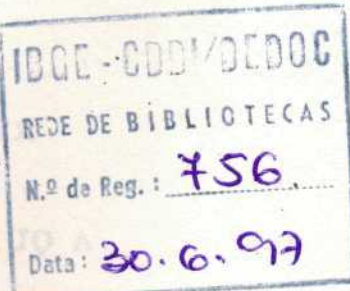
PAULO CESAR DE SOUSA QUINTSLR

CHEFE DE PESQUISA MENSAL

MARILENI SILVA MANSOLDO

CHEFE DE PESQUISA ANUAL

TEREZINHA BATISTA TAVARES COUTINHO



@ 1990,91

IBGE - REDE DE BIBLIOTECAS

Diretoria de Pesquisas

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Série publicada pela Diretoria de Pesquisas do IBGE, com o objetivo de divulgar ensaios, estudos e outros trabalhos técnicos nas áreas econômica, social e demográfica, elaborados no âmbito da Diretoria.

Edição: Núcleo de Documentação e Disseminação da Diretoria de Pesquisas.
(NDI/DPE)

Revisão da PNAD : a questão conceitual e relatório das contribuições / Doris Luz Rinaldi ... [et al.] - Rio de Janeiro : IBGE, Diretoria de Pesquisas, 1991.

95 f. - (Textos para Discussão / IBGE. Diretoria de Pesquisas, ISSN 0103-6661 ; n.46)

ISBN 85-240-0388-X

1. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. I. Rinaldi, Doris Luz. II. IBGE. Diretoria de Pesquisas. III. Título: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: a questão conceitual e relatório das contribuições. IV. Série.

IBGE.CDDI. Dep. de Documentação e Biblioteca
RJ-IBGE/91-20

CDU 314.6(81)

Informações: Biblioteca Setorial da Diretoria de Pesquisas -
Rua Visconde de Niterói, 1.246, Bloco B, sala 510, Mangueira.
Telefone: (021) 284-3322 - ramal 303

Apresentação

O Projeto de Revisão da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD - teve concluída sua primeira etapa em dezembro de 1989, consubstanciada no texto Módulo I - A Questão Conceitual que contém uma reflexão crítica sobre os conceitos que orientaram a PNAD na década de 80 e apresenta um projeto de reformulação do corpo básico da pesquisa.

A essa etapa, seguiu-se uma discussão interna e externa ao IBGE, da qual resultou outro texto, intitulado Relatório das Contribuições ao Módulo I - A Questão Conceitual, concluído em abril de 1990, que consolida as críticas e sugestões recebidas, tecendo ainda, quando oportuno alguns comentários.

Este volume reúne esses dois textos, definindo uma divulgação mais ampla dos trabalhos referentes à revisão da PNAD.

Em 3 de dezembro de 1990.

Maria Martha Malard Mayer

Chefe do Departamento de

Emprego e Rendimento.

SUMÁRIO

Apresentação

Módulo I - A Questão Conceitual 3

Relatório das Contribuições ao Módulo I - A Questão Conceitual... 74

MÓDULO I - A QUESTÃO CONCEITUAL

"A retificação não aparece como simples retorno à experiência mal sucedida, que pode ser corrigida por um pouco mais de atenção e cuidado, mas, como o princípio fundamental que sustenta e dirige o conhecimento, e que o impulsiona sem cessar em direção a novas conquistas."

Gaston Bachelard.

Desde meados do ano passado, vimos desenvolvendo uma intensa reflexão sobre Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios na próxima década. Um número pequeno, mas seletivo, de pesquisadores vem se entregando sem restrições a essa tarefa, tendo-se produzido um bom número de textos preparatórios do anteprojeto de revisão.

Nesse movimento temos nos guiado pela estrutura da atual pesquisa básica, onde se destaca a investigação da força-de-trabalho. Desse ponto de partida, apoiados na literatura especializada, nacional e internacional, decidimos reforçar a inserção dessa pesquisa no Sistema de Estatísticas do Trabalho, antecipando-nos às recomendações emanadas da IIIa. Conferência Nacional de Estatísticas - CONFEST. (nos termos da Síntese de Estatísticas do Trabalho, relatado por Jane Souto de Oliveira).

Assim, queremos que a nova pesquisa básica mais se aproxime do fenômeno trabalho, em sua complexa realidade. Não obstante, entendemos que essa pesquisa deva gerar medidas de outros fenômenos populacionais, como quer a tradição.

Isto posto, em face da complexidade dessa empresa, optamos por elaborar um anteprojeto de revisão estruturado em módulos. Por essa forma, acreditamos que nossas oportunidades de bem discutir as dimensões teórico-conceitual e teórico-processual, inerentes a toda e qualquer pesquisa, serão significativamente maiores.

Assim sendo, planejamos os seguintes módulos sequenciais em seus conteúdos:

Módulo I - A Questão Conceitual

(Análise crítica das estatísticas do trabalho na atual pesquisa básica; a discussão internacional sobre as estatísticas do trabalho e o conceito de trabalho; a delimitação do fenômeno: o trabalho agrícola e o trabalho não-agrícola; propostas de investigação).

Módulo II - A Questão Cadastral

(A lógica; o modelo de amostragem; as informações para a aleatorização; a atualização do cadastro; a técnica e os recursos; o cronograma de trabalho)

Módulo III - A Questão Processual

(Coleta: a lógica; a técnica do questionamento; a dupla coleta; os recursos; o cronograma de trabalho)

(Apuração: a lógica; a automatização; a crítica em cadeia; a técnica da rotina; os recursos; o cronograma de trabalho)

Módulo IV - A Questão Documental

(As tabelas; os relatórios analíticos; os arquivos magnéticos; a matriz de covariância; os recursos; o cronograma de trabalho),

seguidos de um texto oficializador do novo ordenamento para o acontecer das pesquisas suplementares à pesquisa básica (nos termos do nosso ensaio *Uma Análise do Cotidiano da Pesquisa no Deren*, Textos para Discussão n° 20, de outubro de 1989).*

O módulo I - A. Questão Conceitual, ora apresentado, foi elaborado pelos seguintes pesquisadores deste Departamento:

1. Dóris Rinaldi (Socióloga, mestre e doutoranda em Antropologia Social),
2. Marcia Coelho de Segadas Vianna (Geógrafa, mestre em Geografia),
3. Sebastiana Rodrigues de Brito (Socióloga, mestre e doutora em Sociologia),

tendo contado, em seus primeiros momentos, com a participação de Luiz Sergio P. Guimarães (Geógrafo) e de Zuleica Lopes Cavalcanti de Oliveira (Socióloga), então pertencentes ao quadro de pessoal deste Departamento.

(*) Idealmente, esses módulos deveriam ser precedidos de um supra-módulo onde se discutisse A Questão Epistemológica (o conhecimento científico; a questão do método; a quantificação; a categorização, ordenação e mensuração), inerentes a todas as pesquisas.

A versão ora divulgada beneficiou-se das críticas e sugestões de diversos pesquisadores. Registre-se as contribuições de Maria Martha Malard Mayer (Economista, mestre em Economia), Nelson de Castro Senra (Economista, mestre em Economia), Paulo César de Sousa Quintsler (Estatístico e Sociólogo), Antonio Carlos Fernandes de Menezes (Estatístico, mestrando em Economia Industrial) e Rosângela Antunes Pereira Almeida, (Estatística, pós-graduada em Amostragem). Registre-se também as contribuições de Angela Filgueiras Jorge (Economista), de Fânia Goltsman Ishaki (Economista) e de Jane Souto de Oliveira (Economista e mestre em Antropologia Social)

Em 25 de dezembro de 1989

Nelson de Castro Senra
Chefe do Departamento de Emprego e Rendimento

SUMÁRIO

Apresentação

Introdução	9
I. As Estatísticas do Trabalho na Atual PNAD	10
1. O Conceito de Trabalho	11
2. A Referência Temporal Utilizada	14
3. O Conteúdo do Questionário	15
II. A Discussão Internacional sobre as Estatísticas do Trabalho ...	18
1. O Conceito de Atividade Econômica	19
2. Especificidades de Alguns Segmentos de Trabalhadores	21
a. Os trabalhadores familiares não remunerados	21
b. O trabalho feminino	23
c. Os desalentados	24
d. Os trabalhadores em dupla condição de atividade	24
3. A Família e o Domicílio	25
III. O Conceito de Trabalho	27
IV. A Delimitação do Fenômeno Trabalho	30
1. A Posição na Ocupação	31
A - O Trabalho Não-Agrícola	31
a. Empregado	31
b. Conta-própria	33
c. Empregador	35
d. Não remunerado	36
e. Relação entre emprego e rendimentos	37
B - O Trabalho Agrícola	38
a. Empregado	39
b. Conta-própria e não remunerado	42
c. Empregador	46
2. O Desemprego e a Inatividade.....	46
3. Outros Temas de Investigação.....	48

V. A Investigação do Fenômeno Trabalho	50
Roteiro para investigação	54
Bibliografia	69

Introdução

Este documento tem como objetivo sistematizar as reflexões sobre a necessidade de realizar uma reformulação da PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD) para a década de 90, e procura incorporar as sugestões já apresentadas em trabalhos produzidos sobre essa questão no âmbito do IBGE, assim como na produção de autores externos à instituição, que já vêm trabalhando a este respeito. (*)

De início, pretende-se proceder à discussão da PNAD atual, tanto no que diz respeito aos parâmetros conceituais adotados, quanto em relação às formas de operacionalização dos conceitos. Assim, numa primeira parte procura-se analisar o conceito de trabalho que orienta a pesquisa, a questão do período de referência utilizado para o levantamento e o conteúdo do questionário.

Em seguida, em virtude da necessidade de balizar as propostas de reformulação, procede-se à realização de uma revisão do debate internacional em torno das estatísticas do trabalho, buscando apreender as principais questões levantadas e os caminhos conceituais e metodológicos apontados. Por sua vez, dadas as especificidades da realidade a ser investigada, a adoção de qualquer recomendação internacional deve, necessariamente, passar por um processo de crítica e adaptação, que a torne passível de utilização no contexto nacional. Nesse sentido, é a partir das características de nossa realidade que se procura estabelecer algumas diretrizes conceituais, que permitam uma abordagem do fenômeno do trabalho, na tentativa de delimitar as suas principais formas de manifestação.

Finalmente, com base nessas referências, propõe-se um roteiro de entrevista com temas e questões a serem investigadas pela PNAD, com vistas ao aprimoramento do levantamento de informações sobre as relações de trabalho no Brasil.

(*) Uma relação minuciosa desses trabalhos consta da bibliografia citada ao final do presente documento.

As Estatísticas do Trabalho na Atual PNAD

A necessidade de reformulação da PNAD corresponde, em linhas gerais, a duas ordens de fatores que merecem ser explicitadas. Em primeiro lugar, cabe fazer menção às origens dessa pesquisa que remontam ao Projeto Atlântida, que forneceu as bases definidoras do escopo da pesquisa. O Projeto Atlântida, viabilizado através da Agência Internacional para o Desenvolvimento (AID), e implantado no país em 1967, visava, a grosso modo, a atender às necessidades de um maior conhecimento sobre a realidade sócio-econômica brasileira, o que era, também, extensivo a outros contextos da América Latina. Por outro lado, a atividade de planejamento orientadora da ação governamental naquela época requeria, igualmente, o levantamento de informações que permitissem a elaboração de um diagnóstico da situação econômica, social e demográfica do Brasil. Essas informações eram demandadas para um período de tempo mais reduzido do que o intervalo censitário, e para agregados espaciais diferenciados (nacional, regional e estadual)(1).

A partir de 1967 a PNAD passou a ser regularmente desenvolvida no país(2), muito embora tenha experimentado, durante esse período, mudanças consideráveis que dizem respeito basicamente a questões de natureza conceitual, abrangência geográfica e de periodicidade(3). Ao longo de sua história a PNAD vem fornecendo informações que estão, a grosso modo, referidas às características sócio-econômicas da população e que podem ser subdivididas em três grandes blocos: Características da Habitação, Características Básicas dos Moradores e Características da Força de Trabalho. Na prática da PNAD esse último bloco tem, porém, merecido maior atenção. A PNAD juntamente com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) é um dos principais instrumentos para a medição e

(1) Para maiores detalhes sobre a evolução da PNAD ver, a respeito, Doris Rinaldi Meyer et alii - Emprego, Subemprego e Desemprego (Rio de Janeiro: IBGE, 1981)

(2) Cabe mencionar que a PNAD não foi realizada nos anos 1974 e 1975 devido à elaboração do Estudo Nacional de Despesa Familiar (ENDEF), bem como não é, também, desenvolvida nos anos dos Censos Demográficos.

(3) Por exemplo, mudança do conceito de emprego para trabalho (1976), da periodicidade trimestral para anual e a maior cobertura geográfica; ver Doris Rinaldi Meyer et alii, op cit.

qualificação da mão-de-obra(4) . Mas, diferentemente da PME que está, de forma predominante, voltada para o acompanhamento conjuntural da evolução do emprego e do desemprego, a PNAD permite uma avaliação estrutural das características da mão-de-obra. Esse intento tem sido, entretanto, questionado pela literatura especializada que advoga a necessidade de buscar novos caminhos conceituais e metodológicos que permitam melhor captar a problemática do trabalho na sociedade brasileira.

Entre alguns fatores que explicam a inadequação da PNAD para a captação da problemática do trabalho destaca-se, em primeiro lugar, o fato de seus marcos conceituais terem sido originalmente gerados para captar uma realidade característica de uma economia capitalista avançada. A forma de captação das atividades econômicas da população nos levantamentos estatísticos, inclusive na PNAD, "(...) é influenciada de forma marcante pelas estatísticas norte-americanas. Como é sabido, essa forma de captação não é adequada para mensurar a população trabalhadora nos países não desenvolvidos, pois não consegue captar as formas de trabalho não tipicamente capitalistas que assumem relevância nesses contextos, a exemplo da mão-de-obra agrícola engajada nas atividades de subsistência, no pequeno comércio, no trabalho a domicílio e nas atividades que recorrem ao trabalho familiar não remunerado".(5) .

Essa perda de um significativo elenco de informações sobre as características do trabalho está, portanto, vinculada, em grande medida, a tres ordens de questões: o conceito de trabalho, a referência temporal utilizada e o conteúdo do questionário básico, como demonstraremos a seguir.

1. O Conceito de Trabalho

Atualmente, a noção de trabalho, subjacente ao levantamento, está basicamente vinculada ao modelo de emprego capitalista, o que não é suficiente para captar a heterogeneidade das relações sociais de produção coexistentes em nossa economia. É importante lembrar que, ao longo da existência da pesquisa, as múltiplas tentativas de introduzir mudanças com vistas ao aperfeiçoamento desse instrumento de investigação não significaram avanços qualitativos para uma melhor caracterização da problemática do trabalho.

(4) A referência é feita ao nível das estatísticas do IBGE.

(5) Zuleica L. C. de Oliveira e Marcia C. de Segadas Vianna, Proposta de linha de estudos na área da força de trabalho: base de dados PNAD (Rio de Janeiro: IBGE, 1987, mimeo, p.1)

Um exame da história da PNAD, desde a sua implantação até hoje, permite observar que, apesar de algumas modificações conceituais, a orientação da pesquisa, no que diz respeito, à mão-de-obra, permaneceu basicamente a mesma. Em 1968, ano em que o levantamento passou a cobrir um maior número de regiões, o universo do "trabalho" era coberto pelas categorias de "emprego" e "negócio", sendo que a segunda tinha um caráter residual; a noção de "trabalho" aparecia explicitamente identificada à de "emprego". Posteriormente, a partir de 1976, essas noções foram substituídas pela de "trabalho", o que não representa uma mudança substancial, uma vez que é a concepção de emprego capitalista que permanece implícita nessa categoria(6). Na PNAD 79, por exemplo, entende-se por "trabalho" o exercício de

- a. ocupação econômica remunerada em dinheiro e/ou mercadorias ou produtos;
- b. ocupação econômica, sem remuneração exercida normalmente pelo menos durante 15 horas por semana em ajuda a membro do domicílio que tem uma atividade econômica, em ajuda a instituição religiosa, de caridade, beneficente ou de cooperativismo, ou ainda como aprendiz, estagiário, etc ...

NOTA: Também será considerada trabalho a atividade de empregado doméstico remunerado somente em benefícios(7).

Remuneração e horas trabalhadas são, portanto, parâmetros para se definir o que é "trabalho". Mais recentemente, na PNAD 88, a definição permanece praticamente a mesma. De acordo com o Manual de Entrevista, o conceito de trabalho compreende:

- a. Ocupação econômica remunerada em dinheiro e/ou mercadorias ou produtos ou somente em benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc ...);
- b. Ocupação econômica, sem remuneração, exercida normalmente pelo menos 15 horas por semana em ajuda a membro do domicílio que tem uma atividade econômica ou em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; e

(6) Ver Doris Rinaldi Meyer et alii - Emprego, Subemprego e Desemprego (Rio de Janeiro : IBGE, 1981) e Sebastiana Rodrigues de Brito e Doris Rinaldi Meyer - Estatísticas Rurais: subsídios à reformulação da PNAD (Rio de Janeiro: IBGE, 1986, mimeo)

(7) IBGE - Manual de Instrução - PNAD 1979; pp. 48 e 49

c. ocupação econômica, sem remuneração, exercida normalmente pelo menos 15 horas por semana, como aprendiz, estagiário, etc ...

NOTA: Não considere como trabalho as atividades desenvolvidas pelo morador, exclusivamente para consumo próprio, em lavoura ou pecuária.

Em um exame dessa definição observa-se que a estrutura da pesquisa está voltada predominantemente para a captação das relações de trabalho capitalistas típicas, descaracterizando outras que não se enquadram nesse modelo, e que são, contudo, expressivas. Em semelhante ordem de consideração já foi assinalado que esse "(...) enfoque, ao nortear o esquema conceitual e o questionário da PNAD, tem servido para inibir (ou mesmo distorcer) a caracterização de outras formas de organização do trabalho e dos agentes nelas envolvidos, seja em áreas rurais (plantation, economia camponesa de base familiar), seja, ainda, em áreas urbanas (pequena produção independente, emprego doméstico)"(8) . Como tem sido frequentemente enfatizado por inúmeros especialistas, em economias capitalistas de características subdesenvolvidas, como é o caso do Brasil, o mercado de trabalho tem suas especificidades, o que o diferencia em muito do mercado de trabalho dos países capitalistas avançados.

A heterogeneidade de formas de organização da produção e do trabalho constitui-se na característica básica dessas economias, devendo ser tomada como ponto de partida para a elaboração de uma investigação sobre o trabalho. Tal característica consubstancia-se na diversidade de formas de inserção da mão-de-obra no processo produtivo, tanto em atividades agrícolas quanto não-agrícolas. Em relação ao mercado de trabalho urbano é importante considerar que, ao lado do emprego capitalista, coexistem outras formas de organização da produção, como a pequena produção independente, que absorve uma parcela significativa da força-de-trabalho, e o trabalho doméstico, cujas condições de realização diferem da relação de trabalho assalariada típica. Mesmo no que diz respeito ao emprego capitalista, não lhe pode ser imputado o qualificativo de homogêneo, sendo necessário destacar ainda a importância do emprego público no Brasil, dada a sua dimensão, o que demanda uma atenção especial.(9) .

A utilização do conceito de trabalho construído a partir de realidades distintas da realidade investigada, como vem acontecendo no caso específico da PNAD, tem ocasionado, portanto, resultados não satisfatórios em relação à captação da diversidade das formas de organização da produção e do trabalho. As lacunas observadas, quando o

(8) Jane Souto de Oliveira - Sobre o Suplemento da PNAD - 89 (Rio de Janeiro: IBGE, 1989, mimeo, p. 1)

(9) ver Jane Souto de Oliveira, op cit.

objetivo é o de apreender aspectos relativos à diferenciação do mercado de trabalho relacionado às atividades não-agrícolas, tomam proporções ainda mais graves quando referidas ao trabalho agrícola. Ou seja, ao examinar o conceito de trabalho da PNAD aponta-se, de imediato, um problema: a exclusão das atividades agropecuárias de auto-consumo, fundamentais no caso da pequena produção camponesa e também importantes na reprodução de certos grupos de assalariados agrícolas. Tal exclusão, decorrência de uma orientação conceitual que privilegia o modelo capitalista, cuja base é o mercado, tem como resultado a perda de informações relativas a uma parcela significativa das atividades produtivas levadas a efeito pela população rural.

Como tem sido assinalado por inúmeros especialistas, essa população está inserida na produção de forma diversificada e frequentemente discrepante em relação ao modelo capitalista que a PNAD toma como referência. Em que pesem as modificações importantes que a penetração do capital no campo provocou na agricultura brasileira, não se observou, todavia, uma transformação completa nas relações de produção no sentido de proceder ao assalariamento do contingente total da força-de-trabalho. A expansão do capitalismo não se dá de maneira uniforme, muitas vezes propiciando a persistência ou recriação de relações sociais de produção não tipicamente capitalistas. A presença bastante significativa de formas de produção baseadas no trabalho familiar, ao lado de grandes empresas capitalistas, indica o caráter heterogêneo que vem definindo o quadro geral das transformações da agricultura brasileira ao longo do tempo. Mesmo no que diz respeito ao assalariamento, observa-se uma diversidade de situações que demonstra a existência de uma segmentação da força-de-trabalho a partir da diferenciação das condições de trabalho e das formas de remuneração. (10)

2. A Referência Temporal Utilizada

Além do problema de ordem conceitual, outro fator limitante da investigação PNAD diz respeito ao período de referência utilizado para a captação das informações sobre a mão-de-obra. A existência de uma medição anual centrada numa semana termina por interferir nos resultados da pesquisa, de maneira bem generalizada, isto é, tanto quando circunscrita ao trabalho não-agrícola quanto agrícola. "Muito embora, possa-se concordar, no caso urbano, na conveniência operativa do esquema de prioridade - que privilegia primeiramente a condição de trabalho, a seguir a de procura e finalmente os fora da PEA - e que uma semana fixa é o melhor período de referência para o enquadramento da maioria das

(10) Ver Doris Rinaldi Meyer - **Relações de Trabalho na Agricultura Canavieira de Campos** (Rio de Janeiro: IBGE, 1983, mimeo) e Lygia Sigaud - **Os Clandestinos e os Direitos** (São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979).

pessoas de 10 anos e mais, essas opções parecem-nos mais apropriadas e úteis quando a pesquisa tem uma periodicidade mensal ou bimensal, pois necessariamente incorpora elementos conjunturais para um segmento apreciável da população"(11) .

No que concerne à investigação do trabalho junto às pessoas inseridas em atividades agrícolas o problema torna-se, ainda, mais complicado. De início cabe destacar a questão da sazonalidade inerente ao trabalho agrícola que, diferindo de região para região, dificulta um levantamento que tome, como faz a PNAD, um período de referência pequeno e único para todo o país. Observa-se que, no processo produtivo do setor agrícola, o calendário variando não somente segundo o produto cultivado mas, também, de acordo com a região onde se localiza, introduz flutuações no volume de força de trabalho envolvida naquele processo. Por outro lado, no decorrer do próprio ciclo produtivo registra-se uma variação na demanda de mão-de-obra em função da atividade agrícola desenvolvida a cada momento desse ciclo. A determinação de uma data de referência única e curta para a investigação do trabalho no campo não leva, portanto, em consideração as características do calendário agrícola, que varia no tempo e no espaço, assim como as características das práticas agrícolas diferenciadas que permeiam o processo de produção no setor rural(12) . Numa das análises dos limitantes da PNAD, já foi igualmente apontado que tal procedimento parece comprometer a pesquisa no caso rural "(...) onde o trabalho é estacional e irregular, a falta de vínculo empregatício é majoritária, a participação das mulheres, crianças e velhos na agricultura varia de intensidade ao longo do ano e onde a figura de procura ativa de trabalho é de utilidade limitada(13) .

3. O Conteúdo do Questionário

Outro aspecto que tem merecido críticas de inúmeros estudiosos diz respeito ao conteúdo do questionário básico da PNAD que, dado o seu formato atual, não tem conseguido captar a diversidade das relações de trabalho da economia brasileira. Ou seja, apesar de todas as modificações introduzidas no questionário básico ao longo de sua evolução(14) , não foi, ainda, possível estruturar a pesquisa de modo a adequá-la à situação concreta do mercado de trabalho. Dentre os pontos que merecem observação destaca-se o fato de não haver, no questionário,

(11) Alfonso Rodrigues Arias - Revisando a PNAD - Força de trabalho à luz dos resultados divulgados na década de 80 - Seminário de Avaliação das PNAD's na década de 1980 (Friburgo: ABEP, jun / 1988 p. 13)

(12) Ver Sebastiana Rodrigues de Brito e Doris Rinaldi Meyer - Estatísticas Rurais: subsídios à reformulação da PNAD (Rio de Janeiro: IBGE, 1988, mimeo)

(13) Alfonso Rodrigues Arias, op cit. , p. 12

(14) Doris Rinaldi Meyer et alii - Emprego, Subemprego e Desemprego (Rio de Janeiro: IBGE, 1981, pp. 41-48)

uma preocupação em apreender, nas suas especificidades, as características das atividades agrícolas e não-agrícolas, o que compromete diretamente a possibilidade de um conhecimento adequado do trabalho no campo. Conforme já foi lembrado, o desenvolvimento das atividades produtivas nesse setor reveste-se de particularidades, que não podem ser apreendidas através de um questionário-padrão aplicável tanto à mão-de-obra inserida no mercado não-agrícola quanto no agrícola. "Quesitos como jornada de trabalho, horas semanais trabalhadas e rendimento médio mensal pouco têm a ver com economias como a camponesa, regidas que são por um outro cálculo econômico e uma outra lógica social. Em contrapartida, aspectos centrais como os que dizem respeito à posse ou propriedade da terra ou à especificidade do emprego rural deixam de ser investigados"(15).

No que concerne à atividade não-agrícola, os quesitos do questionário não foram concebidos levando em conta muitas das diferenças existentes entre as várias categorias de trabalhadores. Assim, as alternativas oferecidas no item sobre a posição na ocupação acabam por incluir numa mesma categoria relações de trabalho extremamente diferenciadas. No caso da categoria "empregado", por exemplo, são nela envolvidas relações de emprego distintas do ponto de vista interno à categoria, e que são diferentes porque correspondem a formas de organização da produção também distintas. Nesse sentido vale lembrar que trabalhadores de empresas capitalistas, do aparelho estatal, ou aqueles voltados à produção de valores de uso estão inseridos em relações de trabalho diferentes, não sendo, portanto, correta sua inclusão numa única categoria(16). Além disso, a PNAD, no seu formato atual, não oferece alternativas para captação de outras formas de trabalho consubstanciadas nas "(...) diversas formas de auto-emprego ou em atividades assalariadas de baixa produtividade e inseridas nos espaços econômicos marginais ou intersticiais deixados 'livres' pelas empresas capitalistas"(17).

Entre os demais pontos referentes ao conteúdo do questionário da PNAD que merecem ressalvas, destaca-se uma preocupação excessiva com o contingente dos desocupados, em detrimento de outros segmentos. Por outro lado, aspectos que dizem respeito à caracterização demográfica, educacional, da saúde e da infra-estrutura domiciliar são abordados de forma superficial, o que dificulta a articulação dos mesmos às características das formas de organização do trabalho com vistas à obtenção de um quadro geral das condições sócio-econômicas da população.

(15) Jane Souto de Oliveira, op cit, p. 4

(16) Jane Souto de Oliveira, op cit, p. 4 e 11

(17) Annez Andraus Troyano et alii - A necessidade de uma nova conceituação de emprego e desemprego: a pesquisa da Fundação SEADE/DIEESE - Revista Fundação SEADE, v.1, nº 1 (São Paulo: 1985, p. 3)

Após todas as considerações até aqui elaboradas, pode-se concluir que os pontos que foram levantados indicam a necessidade de uma reformulação da PNAD. Nesse sentido o propósito é torná-la adequada para dar conta das profundas transformações estruturais levadas a efeito na sociedade brasileira nas últimas décadas, e que tiveram considerável impacto sobre o mercado de trabalho e a natureza do processo de reprodução da força de trabalho. No entanto, a construção de um "novo" formato para a PNAD não é tarefa fácil. O grande desafio é optar por uma das muitas alternativas possíveis de mudança, alternativas essas que podem se referir a apenas uma mudança de forma, bem como a pequenas modificações que não afetem substancialmente o conteúdo da pesquisa ou podem, em contrapartida, corresponder a mudanças que transformem a PNAD em sua própria essência. A alternativa escolhida por essa equipe está situada entre essas duas vias possíveis, pois pretende assegurar à PNAD a manutenção da temática sobre força de trabalho, ou mais precisamente sobre o trabalho, o que lhe confere identidade buscando, por sua vez, aprimorar o modo de quantificar e, principalmente, de qualificar esse fenômeno.

A Discussão Internacional sobre as Estatísticas do Trabalho

A adoção do trabalho como temática central em torno da qual deve se desenvolver o projeto de reformulação da PNAD traz consigo a necessidade de proceder a uma revisão do debate internacional acerca do tema, assim como das recomendações feitas pelos organismos internacionais. Tal procedimento tem a função de balizar a discussão das estatísticas do trabalho a nível nacional e fornecer subsídios para adoção de uma via conceitual e metodológica que oriente a reformulação da pesquisa.

O debate sobre as estatísticas do trabalho, levado a efeito por organismos internacionais(18) , encarregados de estabelecer diretrizes para os levantamentos realizados nos diversos países, defronta-se com duas ordens de questões. A primeira delas diz respeito à necessidade de comparabilidade das estatísticas internacionais sobre o tema, o que impõe o estabelecimento de certos padrões conceituais e classificatórios, levando a um certo grau de generalização das construções acerca do fenômeno. Por outro lado, ao se uniformizar os conceitos e classificações, perde-se na compreensão da diversidade de formas de ocorrência do fenômeno nas diferentes estruturas sócio-econômicas nacionais. Isto se agrava na medida em que se procura exportar para países menos desenvolvidos, cujas economias combinam uma variedade de formas de organização do trabalho, um modelo construído a partir das economias avançadas. Nesse sentido, como afirma Moore "o comportamento social e a organização da vida são genuinamente diferentes em várias áreas do mundo. Nessas circunstâncias, uma classificação padrão e uma codificação uniforme podem ser apenas obscuras e ilusórias".(19)

(18) Optamos por nos restringir às considerações feitas no âmbito da Organização das Nações Unidas e da Organização Internacional do Trabalho, dada a sua reconhecida importância no que se refere à orientação dos levantamentos estatísticos a nível internacional.

(19) Wilbert E. Moore "The Exportability of The "Labor-Force Concept" - Trabalho apresentado no encontro anual da American Sociological Society, setembro 3-5, 1952, sob os auspícios de Office of Population Research (Princeton University)

Mesmo nas economias mais avançadas o conceito de "força de trabalho" apresenta problemas. Existem grupos como os de "trabalhadores familiares não remunerados", de "trabalhadores em tempo parcial" e de "produtores de bens e serviços não integrados ao mercado" cuja inclusão na força-de-trabalho apresenta problemas. "A real dificuldade é a impossibilidade de definir 'trabalho' de alguma maneira que possa se referir à mesma classe de atividades humanas em todas as sociedades"(20)

A noção de "trabalho", como vários estudiosos têm apontado, varia no tempo e em função das diferentes formas de organização produtiva, sendo, na verdade, um conceito socialmente construído. A sua definição está relacionada a uma questão mais ampla qual seja a delimitação da noção de "econômico" e do que se considera como "atividade econômica".

1. O Conceito de Atividade Econômica

Nos levantamentos estatísticos sobre população utiliza-se o conceito de "população economicamente ativa", que possui um grau de generalidade, o que aparentemente permite a sua utilização pelos diferentes países. Entretanto, ao se adotar essa definição, que parece simples, deixa-se de captar as particularidades do que constitui "atividade econômica" em diferentes situações. Segundo as Nações Unidas "a população economicamente ativa" é geralmente usada para abranger todas as pessoas que contribuem para a produção de bens econômicos e serviços, incluindo não somente aqueles empregados no período da investigação mas, também, aqueles desempregados, mas disponíveis para o trabalho. Se uma pessoa participa, de uma maneira ou de outra, no esforço produtivo da comunidade, é classificada como economicamente ativa; caso contrário é olhada como pertencendo à população inativa ou dependente. Assim definido, o conceito de atividade econômica parece quase simples, embora dificuldades cresçam na sua aplicação, determinando-se uma atividade particular realizada por um indivíduo pode ser olhada como econômica ou não econômica"(21).

Acrescente-se a isso que, mesmo havendo acordo quanto ao conceito de "trabalho", a distinção entre "ativos" e "inativos" também apresenta dificuldades, uma vez que há inúmeras razões para que pessoas não estejam trabalhando nem procurando trabalho. Já em 1949, as Nações Unidas recomendavam que, aqueles que têm um trabalho, e que num período específico não estão trabalhando, fossem incluídos entre os "ativos"(22). Entretanto, a noção de "ter um trabalho" pode ser de

(20) Wilbert E. Moore, op. cit.

(21) UNITED NATIONS - Sex and Age Patterns of Participation in Economic Activities, Report 1 of Demographic Aspects of Manpower - Population Studies n° 33 (New York: 1962)

(22) UNITED NATIONS - Population Census Methods - Population Studies N 4, (Lake Success, New York: november 1949)

fácil apreensão no caso de empregados que estão doentes ou em férias, mas não se torna tão clara em outras situações como a dos empregadores, trabalhadores por conta-própria, trabalhadores familiares não remunerados e outros, em função, muitas vezes, do caráter instável e/ou intermitente da atividade destes grupos de trabalhadores. Tal fato prejudica uma captação mais adequada das estatísticas sobre trabalho, se não levarmos em conta estas peculiaridades e a revisão conceitual do que é considerado como "trabalho".

Por outro lado, a definição geral de atividade econômica, está referida às atividades exercidas pela população durante um período específico de tempo, que pode ser curto ou não, variando de semana ou mês e/ou ano. O período de referência torna-se elemento fundamental de determinação da inserção ou não da população na atividade econômica. No entanto, há que se destacar que, para uma melhor apreensão da atividade econômica, é necessário que se estabeleça uma articulação entre o período de referência e a natureza do trabalho (por exemplo, sazonal, intermitente ou permanente).

Na 13ª Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho, promovida pela OIT em 1982, foram discutidos problemas envolvidos na definição da "população economicamente ativa", tomando como base um período de referência restrito - a semana ou o dia - tendo em vista a situação dos países onde parte considerável da população dedica-se a atividades agrícolas ou a outras atividades intermitentes. Propôs-se, como alternativa, a noção de "população habitualmente ativa" referida a um período de tempo mais extenso, como os 12 meses que precedem a realização da pesquisa. Na resolução I o conceito de "população economicamente ativa" inclui "todas as pessoas de um ou outro sexo que realizam seu trabalho para produzir bens e serviços econômicos, definidos segundo os sistemas de Contas Nacionais e de Balanços das Nações Unidas, durante um período de referência especificado. De acordo com estes sistemas, a produção de bens e serviços econômicos inclui toda a produção e tratamento de produtos primários - destinem-se estes ao mercado, à troca ou ao auto-consumo - a produção de todos os outros artigos e serviços para o mercado e, no caso dos domicílios que produzam artigos e serviços para o mercado, a parte desta produção destinada a seu próprio consumo":(23) . Duas medidas foram recomendadas: a "população habitualmente ativa" tomando como referência um período extenso, como um ano, e "população correntemente ativa" em relação a um período curto, a semana ou o dia(24) .

É importante observar que, segundo esta definição, a produção de bens para o auto-consumo é considerada como "trabalho", o que não acontece com a atual PNAD que exclui essa atividade da esfera do trabalho(25) . Principalmente no caso da agricultura, é fundamental

(23) OIT - 13ª Conferência Internacional de Estadígrafos del Trabajo - 1982 (Ginebra: Oficina Internacional del Trabajo, 1983)

(24) As noções de "população habitualmente ativa" e "correntemente ativa" incluem as pessoas com emprego ou desempregadas.

(25) vide parte anterior: As Estatísticas do Trabalho na atual PNAD.

incluir as atividades produtivas voltadas para o auto-consumo, sob pena de, não o fazendo, deixar de lado uma parte importante da atividade econômica. Além disso, no que tange, ainda, à agricultura, na resolução da 13ª Conferência da OIT recomenda-se que, "como programa mínimo, os países deveriam coletar estatísticas da população correntemente ativa duas vezes por ano, de forma tal que coincidam com os períodos de alta e baixa atividade na agricultura(26) .

Outra questão envolvida na definição da "população economicamente ativa" diz respeito aos limites de idade adotados para a inclusão das pessoas na força-de-trabalho. O limite mínimo varia de 5 a 15 anos, sendo os mais comuns os de 10, 12 e 14 anos. Na reunião da OIT alguns países propuseram a supressão da idade mínima, de modo a poder conhecer plenamente a importante contribuição do trabalho dos menores, além de manifestarem preocupação com a existência de um limite máximo, que acaba excluindo da PEA um conjunto de pessoas, sem saber se estão ou não trabalhando. Contudo, considerou-se, também, a importância de estabelecer-se alguns limites que permitam a comparabilidade internacional.

2. Especificidades de Alguns Segmentos de Trabalhadores

Nesse item trataremos das principais questões levantadas pelos organismos internacionais em relação à apreensão das atividades de determinados segmentos de trabalhadores que demandam maior atenção.

a. Os trabalhadores familiares não remunerados

Segundo a OIT a população ocupada é composta por dois grupos básicos: aqueles com "emprego assalariado" e aqueles com "emprego independente", sendo que nesta última devem ser enquadrados os "trabalhadores familiares não remunerados"(27) . A noção de "algum trabalho", definida como "uma hora de trabalho pelo menos", determina a

(26) OIT - op. cit.

(27) Convém assinalar que a denominação "emprego independente" parece-nos equivocada, já que esse grupo é composto justamente por trabalhadores que exercem a sua atividade de forma independente, sozinhos ou com a ajuda da família, não se enquadrando no modelo de emprego típico do sistema capitalista que diz respeito ao "emprego assalariado".

participação na força-de-trabalho (população correntemente ativa). No caso dos "não-remunerados" a tradicional exigência de um mínimo de horas trabalhadas, para incluí-los nesse contingente, é reduzida a praticamente zero. Assim, "considera-se como pessoas com emprego independente os trabalhadores familiares não-remunerados que estão trabalhando, sem considerar-se o número de horas trabalhadas durante o período de referência. Os países que, por razões particulares, preferem introduzir um critério de tempo mínimo de trabalho como condição para incluir os trabalhadores familiares não remunerados entre as pessoas que trabalham, deveriam identificar e classificar à parte os que trabalham menos que o tempo prescrito"(28). Tal reformulação é extremamente importante, pois vem ampliar a definição de "não remunerado", desatrelando-a da questão do tempo de trabalho que é bastante variável de acordo com a organização produtiva em vigor.

Já em 1962 o Relatório das Nações Unidas(29), abordava o caso dos "não-remunerados" como talvez o problema mais agudo na classificação da PEA. Observava, também, que este problema se torna mais acentuado nos países onde a agricultura ainda ocupa um papel importante na economia. Em primeiro lugar, é importante destacar que a maior parte deste contingente de trabalhadores é constituída por mulheres e, em menor proporção, por jovens muitas vezes em idade escolar. Assim, por serem as mulheres que, em sua maioria, constituem os trabalhadores familiares não remunerados, combinando, frequentemente, as tarefas domésticas com as atividades extra-lar são, principalmente, as estatísticas das mulheres economicamente ativas que se encontram mais afetadas pela prática seguida na enumeração deste grupo. Isto porque, apesar dos trabalhadores familiares não remunerados estarem, em geral, incluídos em termos teóricos, como população economicamente ativa, na prática a sua inclusão nesta categoria tem variado muito.

As razões para o descompasso entre a teoria e a prática devem ser buscadas, de um lado, na própria definição que, na maioria das vezes, por ser vaga, deixa a sua interpretação a cargo do entrevistador, ou ainda, do entrevistado. Principalmente na área rural, no caso da produção camponesa, em que a unidade de produção coincide com a unidade de consumo, a captação da atividade das mulheres e dos menores apresenta problemas. Segundo as Nações Unidas, a diversidade de tipos de trabalho existente, sobretudo na agricultura, em diferentes áreas de um mesmo país ou entre diferentes países, torna a tarefa de uniformização neste tema praticamente impossível. Alguns trabalhadores familiares não remunerados podem não se ver como "empregados" ou como tendo uma ocupação, e podem não ser olhados assim por outros membros de suas famílias, embora estejam engajados em trabalho que contribui diretamente para a operação da unidade familiar. Por esta razão, conceitos preestabelecidos de emprego e ocupação podem não ser suficientes para a completa categorização dos trabalhadores familiares não remunerados, mesmo que as instruções indiquem que devam ser considerados como economicamente ativos. Assim

(28) OIT - op. cit.

(29) UNITED NATIONS - op. cit.

sendo, torna-se, muitas vezes, difícil a distinção entre atividade e inatividade econômica.

b. O trabalho feminino

Na 13ª Conferência da OIT ressaltou-se, também, a necessidade de elaboração de estatísticas mais precisas sobre a participação das mulheres na atividade econômica. Para isso foi sugerido um maior cuidado com a subestimação dessa participação em função de uma cobertura incompleta das atividades não-remuneradas, das atividades múltiplas das mulheres e da utilização de informações fornecidas por outras pessoas.

Em 1985, foram feitas recomendações a partir de "Nairobi Forward - looking Strategies for the Advancement of Women" no sentido de que fossem realizados esforços para o estudo das contribuições remuneradas e não remuneradas das mulheres em todos os aspectos e setores do desenvolvimento, medindo-as de forma adequada e vendo o reflexo destas nas contas nacionais, nas estatísticas econômicas e no produto nacional bruto. Nas recomendações há propostas para o desenvolvimento das estatísticas de renda e produção da mulher com ênfase especial no setor informal. Tal fato leva a uma série de proposições, conforme consta de um trabalho realizado para a ONU(30), que visou a preparar um relato-técnico com métodos e conceitos apropriados e sua relação com o United Nations System of National Accounts (SNA), para atender aos países que buscam identificar e medir a contribuição da mulher na economia. Entre as proposições feitas estão: a) a promoção de uma compreensão mais ampla e a aplicação de princípios e recomendações do SNA sobre a cobertura a respeito da produção de subsistência, de pequena escala e produção domiciliar não remunerada b) a revisão e análise das classificações de indústria, ocupação e status no emprego, c) a análise de renda e produção por sexo, seguida pelo SNA com uma base experimental, e d) estimativas do produto doméstico bruto, que considera o trabalho doméstico remunerado e a reprodução, os quais não estão presentemente incluídos dentro do SNA.

Da mesma forma, em outro texto apresentado na XXV Sessão da Comissão de Estatística da ONU(31), encontram-se pontos em comum com os mencionados anteriormente. De início ressalta-se que o INSTRAW (Voluntary Fund for the Advancement of Women) e Statistical Office têm empreendido um trabalho sobre os conceitos e métodos que concernem à

(30) Development of guidelines on national accounts for women's contribution to development - trabalho apresentado na XXV Sessão da Comissão de Estatística da ONU - 1989.

(31) International co-ordination of social statistics and indicators and development of statistics and indicators on special population groups - trabalho apresentado na XXV Sessão da Comissão de Estatística da ONU - 1989.

medição e à avaliação da participação feminina em atividades produtivas não monetárias, medição da renda das mulheres e o uso de pesquisas domiciliares para coletar estatísticas sobre a situação das mesmas. Por outro lado, durante a "United Nations Decade for Women" foram feitos progressos em prover estatísticas e indicadores sobre a situação das mulheres. Estes esforços irão continuar, como consta do texto, perseguindo as recomendações de "Nairobi Forward - looking Strategies" na tentativa de rever métodos e conceitos, o sistema de dados desagregados por sexo nos temas relevantes, a disseminação e o uso dos dados coletados nos Censos e pesquisas domiciliares e de promover, também, um diálogo entre usuários e produtores de dados sobre necessidades, prioridades e aplicações.

c. Os desalentados

Segundo as Nações Unidas, um problema que merece destaque diz respeito à questão de captação mais adequada do desemprego e do subemprego. Em países onde a oferta de trabalho é maior do que as oportunidades econômicas, pode ocorrer que definições baseadas na atividade econômica durante um intervalo curto de tempo tornem-se não adequadas por deixarem de incluir como população economicamente ativa algumas pessoas que se constituem em mão-de-obra em potencial mas, frequentemente, encontram-se desempregadas ou não estão procurando trabalho pela falta de perspectiva existente na demanda de trabalho.

d. Os trabalhadores em dupla condição de atividade

Em determinados países, certas pessoas que têm dupla condição de atividade têm sido incluídas como economicamente ativas e outras excluídas deste contingente ativo. Em termos teóricos, quando as pessoas são estudantes, donas de casa ou aposentadas mas trabalham, seja em ocupações intermitentes ou de tempo parcial, são incluídas como população economicamente ativa, pois, embora estejam apresentando um status dual de atividade, é priorizada em geral a sua condição de atividade. Um indivíduo pode ter este status dual de atividade, qual seja, ativo ou inativo nos denominados grupos marginais, que se relacionam não só à passagem de um estudante à condição de trabalhador bem como à transição de trabalhador à categoria de aposentado. Essa passagem, muitas vezes, não ocorre de forma nítida, podendo se processar gradualmente, particularmente nas economias predominantemente de subsistência, em empresas familiares e na agricultura⁽³²⁾. No caso do contingente feminino e de outros trabalhadores que frequentemente desempenham trabalhos intermitentes, a oscilação da condição de atividade à

(32) UNITED NATIONS, op. cit.

inatividade e vice-versa, muitas vezes ocorre em períodos relativamente curtos de tempo, o que exige um maior cuidado na sua captação.

No entanto, como alguns levantamentos estatísticos se reportam à atividade principal, pessoas que estejam trabalhando em um período determinado com remuneração, ou como trabalhadores familiares não remunerados, ou ainda em outra situação, podem se considerar como sendo primordialmente pertencentes à população não economicamente ativa, tais como estudantes, aposentados, donas de casa, etc. É importante sempre distinguir as ocupações principais e secundárias dos indivíduos para melhor avaliar a condição de atividade ou inatividade dos mesmos. Segundo as Nações Unidas, "é necessário dispor de normas para selecionar a "categoria principal" das pessoas e/ou de normas para definir os grupos de categorias múltiplas"(33) .

3. A Família e o Domicílio

Outro ponto importante a ser destacado é a significação do domicílio como unidade de investigação adequada para a captação das características de mão-de-obra, levantando dados sobre a população economicamente ativa e não economicamente ativa, e mostrando-se capaz de fornecer informações, sob diferentes aspectos, do papel da estrutura familiar na organização do trabalho. Através do domicílio, podem ser investigados, entre outros aspectos, a produção da empresa familiar, as fontes de renda e os tipos de gastos do domicílio, ou ainda o tempo gasto por cada membro da família em diferentes atividades. No caso da mulher, o domicílio permite o estudo não só da atividade econômica como, também, da inatividade, o que envolve, no último caso, o fato do trabalho doméstico da mulher não ser considerado como trabalho nas estatísticas oficiais. Uma pesquisa domiciliar permite, portanto, a investigação da interrelação entre os diversos papéis das mulheres na família e na atividade econômica.

Segundo a OIT, em muitos países a participação da pessoa na atividade econômica depende frequentemente da situação dos demais membros da família. Sobretudo em áreas rurais, onde a atividade econômica se organiza principalmente em torno da unidade doméstica, as estatísticas relativas à população economicamente ativa devem ser complementadas periodicamente com estatísticas relativas às famílias e aos domicílios(34) . No caso da produção camponesa, em que a unidade de produção coincide com a unidade de consumo, isto é fundamental. O levantamento do exercício da ocupação econômica a partir dos indivíduos pressupõe uma separação entre unidade de produção e unidade de consumo e

(33) UNITED NATIONS - International Classification of Status in Employment - Report of the International Labour Office, Statistical Commission - Twenty-fifth session - 1989.

(34) OIT op. cit.

uma determinada concepção da distribuição entre atividade e inatividade, que dificulta a enumeração dos "ativos" na agricultura, particularmente no caso do trabalho da mulher e do menor. Nesse sentido, informações relativas à estrutura do grupo doméstico são extremamente importantes para uma adequada captação da organização das relações de trabalho e da inserção dos trabalhadores no processo produtivo.

1. A família e o domicílio

Os dados sobre a estrutura do grupo doméstico são fundamentais para a compreensão da organização das relações de trabalho e da inserção dos trabalhadores no processo produtivo. A família e o domicílio são os espaços onde se desenvolvem as atividades produtivas e de consumo. A estrutura do grupo doméstico é determinada por fatores como a idade, o sexo, o estado civil, o nível de escolaridade, o nível de renda, etc. A análise da estrutura do grupo doméstico permite identificar as necessidades de políticas públicas para a melhoria das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores.

1981 UNITED NATIONS - INTERNATIONAL CLASSIFICATION OF STATUS IN
EMPLOYMENT - Report of the International Labour Office,
Statistical Commission - Twenty-fifth Session - 1982
ILO, GENEVA, 1982

O Conceito de Trabalho

Todas as observações, realizadas até então, nos remetem à necessidade de melhor definir o que é **trabalho**, a fim de se compreender mais adequadamente as especificidades da realidade sócio-econômica brasileira.

O trabalho, enquanto processo de atividade do homem, está intrinsecamente ligado à maneira como está organizada a produção em uma sociedade determinada. Nesse sentido, em um sistema de produção capitalista, o conceito de trabalho, enquanto fenômeno sócio-econômico, se associa à questão das diferentes formas de inserção da força-de-trabalho no mercado.

Se por um lado o trabalho varia conforme o grau de organização da sociedade, ele, conseqüentemente, é também fruto de um desenvolvimento histórico e social. Desse modo, a constituição do trabalho assalariado é fruto de profundas e seculares mudanças na organização da economia e das relações sociais. Caracteristicamente, o desenvolvimento capitalista impulsiona o assalariamento e reduz a participação de formas não-capitalistas de trabalho. No entanto, nesse processo as formas não-capitalistas não são totalmente eliminadas, sendo extremamente difícil encontrar em qualquer sociedade apenas formas "puras" ou absolutamente definidas de produção, segundo as leis de sua organização social e econômica predominantes. Mesmo em sociedades desenvolvidas, com uma economia de mercado plenamente estruturada, persistem e são mesmo recriadas formas não-capitalistas de arregimentação de trabalhadores.

Isto posto, verifica-se que, em países como o Brasil, a heterogeneidade é tão grande - como fruto da história e do grau de diversificação setorial e regional de base produtiva - que tais formas mistas, combinadas, algumas aparentemente anacrônicas, antigas, recriadas ou novas, convivem em praticamente todos os setores da organização econômica nacional. E, mais ainda, o trabalho como fonte de atividade basicamente de subsistência, com estreitas margens destinadas à comercialização, abrange enormes segmentos no campo, nas franjas urbanas e mesmo nas Regiões Metropolitanas, em graus de intensidade distintas. Dada essa realidade, conceituar trabalho em situações como a da sociedade brasileira significa abarcar esse amplo espectro de heterogeneidade e diversificação das formas de produção social. Nesse sentido, o trabalho insere-se concreta e especificamente em formas de produzir, que são basicamente distintas e desiguais. Não é o trabalho assalariado típico

da produção propriamente capitalista, embora hegemônico, o traço unificador de um mercado de trabalho a nível nacional. Ao coexistirem outras formas, o desenvolvimento econômico e social brasileiro admite a pluralidade e, por conseguinte, exige conceituações mais abrangentes de trabalho, da atividade produtiva, do mercado de trabalho moderno e integrado e do mercado informal e intermitente das franjas de subsistência.

Nesse sentido, o trabalho deve ser caracterizado segundo o tipo de organização econômica, distinguindo-se basicamente o "trabalho agrícola" do "não-agrícola", mas, também, procurando apreender as diversas formas de inserção da força-de-trabalho que caracterizam cada um desses dois conjuntos. Em relação ao "trabalho agrícola" é importante distinguir o trabalho familiar da economia camponesa do trabalho assalariado agrícola em suas diferentes formas. Quanto ao "não-agrícola" convém discriminar o trabalho assalariado na empresa capitalista, do trabalho assalariado no setor público ou em pequenas organizações.

Além disso, há que se considerar, ainda, que o trabalho se complementa com o não-trabalho e, deste modo, a categoria dos inativos não pode ser vista em uma pretensa imobilidade. Ela é dinâmica e, frequentemente, é também uma reserva para o trabalho. Nesse caso o conceito de trabalho deve admitir possibilidade de inquirir acerca da disponibilidade dessas pessoas para o trabalho, distinguindo, assim, a força-de-trabalho efetiva da potencial.

Finalizando, cabe destacar que a definição de "população economicamente ativa", adotada pela OIT em sua 13ª Conferência, de 1982, nos parece adequada para atender, em uma primeira aproximação, às necessidades de reformulação do conceito de trabalho no atual projeto de revisão da PNAD.(35) .

A adoção dessa primeira definição de "trabalho" justifica-se, a nosso ver, inicialmente pelo fato de nela ser contemplada a questão que já há muito vem sendo apontada como merecedora de atenção, a das atividades engajadas na produção para auto-consumo. Por sua vez, a noção de "algum trabalho", proposta pela OIT, definida a partir de um mínimo de uma hora de trabalho por semana, amplia a concepção de "trabalho", permitindo uma melhor apreensão da categoria de "trabalhador familiar não-remunerado", onde estão envolvidos predominantemente as mulheres e os menores.

Ao tomar como base uma definição não estamos deixando de considerar, todavia, a necessidade de um aprimoramento visando a atender mais apuradamente às lacunas apontadas, envolvendo, entre outras, a questão do trabalho feminino bem como um maior detalhamento do trabalho engajado na produção de serviços.

(35) Ver item II 1 - Conceito de "Atividades Econômica".

No capítulo seguinte procederemos a uma tentativa de delimitação do fenômeno trabalho no contexto da realidade brasileira, de modo a permitir o levantamento das questões mais importantes que devem ser abordadas na proposta de revisão da PNAD.

A Delimitação do Fenômeno Trabalho

Ao partirmos de um conceito amplo de "trabalho", como proposta para a revisão da PNAD, temos como objetivo a realização de uma série de mudanças na pesquisa que permitam um levantamento mais adequado das relações de trabalho no Brasil. Como já foi assinalado, trata-se de coletar informações que viabilizem o conhecimento da heterogeneidade de formas através das quais as relações de trabalho se organizam. Para tal, é necessário delimitar melhor esse fenômeno, de modo a orientar a pesquisa para o estudo dos diversos segmentos que compõem o conjunto da mão-de-obra.

De início, convém distinguir dois universos: o do trabalho agrícola e não-agrícola, procurando basicamente captar a inserção da população na atividade econômica sob essa ótica. Como se sabe, a PNAD, no seu formato atual, não se constitui num instrumento adequado para o levantamento das relações de trabalho no campo, pela sua própria orientação conceitual e, conseqüentemente, pelo seu desenho amostral. Mesmo para a apreensão das características da força-de-trabalho inserida em atividades não-agrícolas, ela carece de maior aprofundamento.

Neste quadro, uma proposta de revisão da PNAD deve considerar a necessidade não só de investigar separadamente as características da mão-de-obra não-agrícola e agrícola como também procurar discriminar, no interior de cada um desses conjuntos, as categorias de trabalhadores e suas especificidades. Para isso parece-nos importante procurar detalhar as categorias de posição na ocupação, na medida em que estas se constituem em uma aproximação às diferentes formas de inserção dos agentes sociais no processo produtivo. As categorias que hoje compõem o quesito "posição na ocupação" na PNAD não são suficientes para dar conta da heterogeneidade de formas de organização do trabalho, não só no universo agrícola, como também no não-agrícola. É necessário, portanto, agregar novos critérios de diferenciação, além de procurar levantar informações complementares às de posição na ocupação, no sentido de melhor caracterizar as categorias aí discriminadas.

Além disso, é importante tentar delimitar melhor os segmentos da população não inseridos no mercado de trabalho, seja temporariamente ou não, no sentido de melhor caracterizar o desemprego e a inatividade. Uma comparação entre a PNAD e a Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED, realizada pela Fundação SEADE-DIEESE, pode fornecer elementos relevantes para a revisão da PNAD no que se refere a esses segmentos.

Finalmente, há que considerar que uma pesquisa sobre o trabalho não prescinde do levantamento de informações sobre outros temas, principalmente aqueles relativos à composição da família e às características dos domicílios, como tem sido assinalado pela literatura internacional e nacional. Acrescente-se a isso a necessidade de incorporar dados sobre mobilidade espacial e mobilidade ocupacional da mão-de-obra, assim como sobre educação e formação profissional, na medida em que se constituem em elementos importantes para a composição de um quadro geral das características do trabalho no Brasil.

São essas questões que abordaremos a seguir, com o objetivo de traçar algumas diretrizes que nos permitam fazer propostas concretas de revisão da PNAD.

1. A Posição na Ocupação

A. O Trabalho Não-Agrícola

a. Empregado

A categoria empregado apresenta, se tomada de forma ampla, um acentuado grau de heterogeneidade interna. Por ter como característica básica a remuneração, no caso, o salário, o empregado tem sido denominado, genericamente, de trabalhador assalariado. No entanto, o engajamento desta mão-de-obra varia em função do tipo de estabelecimento ao qual esteja vinculada, podendo ser encontradas relações de trabalho distintas em função de diversas unidades de produção.

Como ressaltam Oliveira, Porcaro e Costa(36), "a categoria empregado, por outro lado, engloba, em virtude do conceito utilizado pela PNAD, a força de trabalho vinculada às grandes e médias empresas e a mão-de-obra contratada por pequenos proprietários ligada, portanto, a estruturas de produção baseadas no trabalho familiar ou em outras relações de produção". Estas autoras apontam, ainda, que dentro da categoria "empregado" há uma série de características mais comuns de serem encontradas em um modo de produção dominante e que identificariam este tipo de trabalhador. Mas, "a ausência de tais características não autoriza, entretanto, a afirmação de que os empregados estejam fora das empresas capitalistas pois estas nem sempre cumprem as leis trabalhistas. Além disso, empregados em unidades de produção com forma de organização não capitalista podem possuir algumas delas".

(36) Lucia Elena Garcia de Oliveira; Rosa Maria Porcaro e Tereza Cristina N. Araújo Costa - O Lugar do Negro na Força de Trabalho (Rio de Janeiro: IBGE, 1983, p.34)

Para melhor apreender esta diversidade de situações encontradas na categoria empregado, como em outras categorias, deve-se considerar três esferas distintas de atividade, conforme ressalta Souto de Oliveira(37) . Estas esferas estariam relacionadas à produção e à circulação de mercadorias propriamente ditas: à produção doméstica de valores de uso e à produção de bens e serviços, desenvolvida no âmbito do aparelho estatal. A autora destaca que "a cada uma destas esferas, podem corresponder uma ou mais formas de organização da produção e de inserção do trabalhador no processo produtivo".

De acordo com esta ótica, e seguindo as proposições apresentadas por esta autora, seria importante diferenciar dentro dos empregados: os trabalhadores domésticos assalariados, os empregados públicos e os empregados na produção e circulação de mercadorias.

Segundo esta classificação os trabalhadores domésticos assalariados estão vinculados à produção de valores de uso, diferenciando-se do emprego tipicamente capitalista na medida em que sua sobrevivência não depende exclusivamente do salário, tal como aquele, sendo garantida em parte com o salário e, em outra, em espécie através da alimentação e de moradia que lhes são fornecidas. Acrescente-se o fato de que, ao contrário do emprego tipicamente capitalista, esse contingente não apresenta a mesma rigidez na delimitação das atividades e do tempo de trabalho.

Já em relação aos empregados públicos, é importante que sejam considerados como um grupo em separado, para que se possa avaliar melhor este contingente de funcionários, diferenciando-os segundo sua vinculação ou não às empresas estatais. O emprego público está vinculado à denominada esfera de produção de bens e serviços no âmbito estatal, já citada, apresentando uma especificidade própria e produzindo valores de uso social, o que o diferencia do emprego capitalista voltado à produção e circulação de mercadorias(38) .

Deve-se ressaltar que a preocupação em se distinguir o empregado público daquele do setor privado não se constitui em um fato novo na PNAD , que desde a sua implantação (1967) até 1973 continha essa diferenciação no que se refere à posição na ocupação. Há que se retomá-la, procurando-se aprofundar as características destes dois tipos de emprego.

No caso dos empregados do setor privado relacionados à produção e circulação de mercadorias predominam, em geral, as relações de trabalho capitalistas com uma regulamentação de jornada de trabalho, carteira de trabalho assinada, bem como outros direitos trabalhistas. No emprego capitalista, o trabalhador depende exclusivamente do salário para a sua sobrevivência. Além do mais, há a parcela dos que são empregados

(37) Jane Souto de Oliveira - Sobre o Suplemento da PNAD-89 (Rio de Janeiro: IBGE, 1989, mimeo, p.5)

(38) *ibid.* pp. 7-8.

dentro desta esfera de produção vinculados à pequena produção independente, que podem assumir ou não características de trabalho capitalistas.

Fica, assim, registrada a necessidade de uma maior subdivisão da categoria "empregado", a exemplo da discriminação constante para o Censo Demográfico de 1990, qual seja: trabalhador doméstico empregado(39); empregado do setor público: servidor público e de empresa estatal, e empregado do setor privado.

É fundamental que haja, ainda, não só a indagação a respeito da atividade principal da população ocupada, como já ocorre, mas também da existência de outro trabalho, sendo que este de forma um pouco mais discriminada para que se possa detectar, em maior detalhe, estratégias de sobrevivência dos trabalhadores. Assim seria possível destacar combinações diferenciadas de trabalho regular ou irregular, entre outras, que são, muitas vezes, utilizadas pelos trabalhadores visando a uma complementação em termos de rendimento.

b. Conta-própria

A categoria "conta-própria", na medida em que se constitui numa aproximação da inserção dos trabalhadores em formas não tipicamente capitalistas de produzir, merece um estudo mais aprofundado que elucide sua complexidade em termos das relações de trabalho que envolve.

Na PNAD atual o "conta-própria" é definido como a pessoa que trabalha em seu próprio empreendimento, explorando uma atividade econômica sem ter empregados. Este tipo de trabalhador pode desenvolver sua atividade sozinho ou com a ajuda de membros do domicílio não remunerados. A estabilidade e a segurança de seu trabalho dependem do próprio trabalhador, sendo a intermitência de sua atividade uma característica importante, principalmente no caso dos não estabelecidos. Tal intermitência torna necessária a consideração de um período de referência mais amplo para a investigação deste fenômeno, uma vez que um período curto, como a semana, não permite a captação mais adequada da natureza desse trabalho.

Na verdade os trabalhadores por conta-própria constituem uma categoria em si bastante diferenciada, podendo estar composta daqueles que não possuem uma habilidade de treinamento específico até os que apresentam uma especialização profissional para o desempenho de sua atividade. No caso dos trabalhadores por conta-própria ou autônomos há, muitas vezes, a possibilidade de se associar o trabalho autônomo ao trabalho assalariado de caráter regular. Souto de Oliveira destaca "a

(39) A exemplo do Censo Demográfico de 90, a categoria "trabalhador doméstico" poderá ser subdividida em "doméstico empregado" e "doméstico conta-própria".

combinação de formas distintas de trabalho, mostrando ainda os mecanismos que condicionam a opção por trabalho autônomo que estariam ligados ao trabalhador assalariado regular - mecanismos como mobilização do FGTS, indenização e aposentadoria (caso da montagem de negócio)"(40) . Deve-se considerar, também, o caso dos trabalhadores por conta-própria "que são contratados por firmas ou empresas e ficam à margem da CLT"(41)

Cabe destacar, ainda, que essa categoria de trabalhador, enquanto inserida em formas não capitalistas de produção, constitui-se em um dos elementos importantes do chamado "mercado informal de trabalho".

A discussão sobre o "mercado informal" esteve no centro das preocupações dos estudiosos do mercado de trabalho, sobretudo na década de 70, a partir do reconhecimento da importância dessas formas em economias como a nossa(42) . As noções de **setor formal e setor informal**, definidas segundo vários critérios, indicavam uma concepção dualista do mercado de trabalho, que posteriormente foi objeto de crítica. Nessa crítica foi contestado o caráter dicotômico do mercado (formal X informal), uma vez que se considerava a existência de uma articulação entre esses setores e, também, a presença de uma heterogeneidade interna a cada setor. Isso, contudo, não invalida a necessidade de desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre esse segmento do mercado, caracterizado por formas não tipicamente capitalistas. Como ressaltado no Relatório da III Conferência Nacional de Estatísticas - CONFEST(43) , é necessário investigar de forma mais detalhada a "economia informal urbana", tanto nas pesquisas domiciliares quanto nas não domiciliares, "considerando que a crise e o subsequente processo de ajuste econômico dos anos 80 levaram a um aumento das formas atípicas de trabalho, usualmente associadas à economia informal".

(40) Jane Souto de Oliveira - **A Reposição do Suor** - tese de mestrado, Museu Nacional (Rio de Janeiro: 1980) in Lucia Elena Garcia de Oliveira, Rosa Maria Porcaro e Tereza Cristina N. Araújo - **O Lugar do Negro na Força de Trabalho** (Rio de Janeiro: IBGE, 1983, p. 218)

(41) Angela Filgueiras Jorge et alii - **Proposta Preliminar para o Corpo Básico da PNAD** (Rio de Janeiro: IBGE, 1985, mimeo, p. 16)

(42) Luis Antonio Machado da Silva - **Mercados Metropolitanos de Trabalho Manual e Marginalidade** (Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1971, mimeo); Paulo Renato de Souza - **Salário e Mão-de-Obra Excedente** , (Campinas: Departamento de Economia e Planejamento Econômico, UNICAMP, 1978). in Doris Rinaldi Meyer et alii - **Emprego, Subemprego e Desemprego** (Rio de Janeiro: IBGE, 1981)

(43) CONFEST - III CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESTATÍSTICAS - **Síntese do Grupo Estatísticas do Trabalho** - Relatora: Jane Souto de Oliveira (Rio de Janeiro: IBGE, 14 de novembro de 1989, mimeo, p. 3).

A necessidade de complementar as informações dos censos econômicos com as pesquisas domiciliares para captar o setor informal é salientada como fundamental, sendo também apontada em outros estudos como o de Beccaria(44) . No âmbito dos Censos Econômicos os dados sobre microempresas nos revelam uma parte do setor informal, tão importante de ser estudado em uma pesquisa atual sobre o trabalho. Observa-se, através destes dados, que "a evidência de que quase a metade das microempresas conta tão somente com o trabalho de proprietários e/ou membros da família não remunerados e que este perfil acompanha 58,1% das microempresas de comércio e 41,2% das de serviços demonstra que, nestes casos, a inserção do microempresário no processo produtivo se confunde com a do trabalhador por conta-própria"(45) .

Em uma pesquisa domiciliar como a PNAD , a investigação dos trabalhadores por conta-própria deve permitir caracterizar o trabalho exercido no domicílio ou fora deste, de forma mais discriminada, além da identificação do tamanho do "negócio" ou "firma" que, associadas a outras informações, como a periodicidade do trabalho, possibilitem caracterizar melhor esse contingente. Algumas dessas informações serão investigadas no Censo Demográfico de 90.(46)

C. Empregador

A categoria empregador, tal como definida na PNAD - o empregador é aquele que tem pelo menos um empregado - é bastante ampla, envolvendo tanto os pequenos empregadores, que muitas vezes se enquadram no chamado "mercado informal" de trabalho, como os médios e grandes empregadores. Ainda que a contratação de mão-de-obra assalariada seja um elemento importante para a qualificação das relações de trabalho que a categoria "empregador" envolve, não é, entretanto, suficiente para dar conta de sua diferenciação interna. Outras informações se fazem necessárias como o número de pessoas que trabalham no estabelecimento,

(44) Este autor identifica que "o uso de pesquisas domiciliares é visto como uma fonte importante para avaliar a magnitude da economia informal já que permite identificar o emprego das unidades deste tipo ... Neste caso, deveria-se continuar a indagação com uma pesquisa nos estabelecimentos assim identificados "in Luís Alberto Beccaria - **La Medición del Sector Informal en América Latina** - CEPAL (Santiago: 26/29 set/1989, p. 5).

(45) IBGE/CEBRAE - **Microempresas - Censos Econômicos** (Rio de Janeiro: 1985, p. XX).

(46) As informações como local de trabalho, mensuração do tamanho do "negócio" ou "firma" aliadas a uma maior desagregação das categorias de posição na ocupação constam da proposta realizada pela CCE/DECNA/ DPE/IBGE - **Proposta de Inclusão de Quesitos no CD90 para Integração de Inquéritos Estatísticos sobre a Economia Informal** (Rio de Janeiro: 1989, mimeo).

aliadas à determinação da atividade do negócio e ao nível de rendimento, para diferenciar, por exemplo, os pequenos dos grandes empregadores.

Acrescenta-se à isto o fato de que alguns empregadores podem permanecer "uma parte do ano como autônomos, recorrendo a empregados ou a ajudantes apenas nos períodos de maior pique de atividade (produção ou venda)"(47). Neste último caso, uma captação da atividade através de um período mais amplo de tempo, aliada à informação sobre o número de empregados e sua permanência na empresa durante todo o ano, poderia ser uma alternativa para contornar este tipo de situação.

d. Não remunerados

Como já foi visto anteriormente, este grupo é composto em sua maioria por mulheres que, freqüentemente, combinam as tarefas domésticas em seu lar com as atividades que não são remuneradas e, também, por menores. Segundo as recomendações internacionais, a noção de "algum trabalho", definida a partir da efetivação de "uma hora de trabalho pelo menos", determina a participação na força de trabalho na semana (população correntemente ativa). A exigência de um mínimo de horas trabalhadas, atualmente existente no caso da PNAD (mínimo de 15 horas por semana), deveria ser revista, de acordo com as normas internacionais, pois assim ampliaria a definição do conceito de "não remunerado", desvinculando-o deste limite, uma vez que, conforme já foi visto, o tempo de trabalho varia segundo a organização produtiva. Desta forma considera-se um avanço a adoção do limite mínimo de "pelo menos uma hora de trabalho" na definição de "não remunerado".

A captação deste tipo de trabalho requer um cuidado maior na definição dos conceitos e no processo de coleta dos dados, pois os trabalhadores não remunerados podem não considerar sua atividade como trabalho e serem olhados também desta forma por outros membros do domicílio, embora estejam contribuindo diretamente para a operação da unidade produtiva.

A categoria dos "não remunerados" tem sido registrada na PNAD, dentro do quesito posição na ocupação, em uma alternativa ampla assim denominada. No entanto, no questionário da PNAD-76, foi captada segundo duas alternativas: a) membro da família não remunerado e b) membro de instituição não remunerado. Tal procedimento permite separar trabalhos realizados para instituições religiosas, beneficentes, de caridade, etc., ou, ainda, para outras instituições como aprendiz ou estagiário, de outros tipos de trabalho familiar não remunerado, como aqueles relacionados a atividades do comércio, por exemplo, que seriam enquadrados dentro da primeira alternativa. Este poderia ser um caminho

(47) ABEP/IBGE - Relatório Final do Sub-Grupo de Força de Trabalho e Rendimentos no Censo Demográfico de 1990 - (Informativo da ABEP, 1987, p. 10)

a ser retomado visando a uma melhor discriminação deste grupo de trabalhadores, não se esquecendo que o local de trabalho, bem como a diferenciação de "a quem presta ajuda", são importantes na tentativa de identificar outras formas de inserção deste trabalhador.

e. Relações entre emprego e rendimentos

Segundo as recomendações internacionais(48), para que se possa avaliar mais claramente as relações entre emprego e rendimentos, seria necessária a obtenção de dados sobre emprego, rendimentos do trabalho e do domicílio com a finalidade de: a) analisar a capacidade geradora de rendimentos das diferentes atividades econômicas e b) determinar o número e as características das pessoas que não podem assegurar seu bem estar econômico com as oportunidades de emprego que lhes oferecem.

A captação dos rendimentos deve se reportar a períodos de referência que possibilitem a obtenção dos diversos tipos de rendimento utilizados pela família em sua estratégia de sobrevivência. Neste sentido, torna-se fundamental a análise dos rendimentos associados às diversas formas de engajamento da população na atividade econômica. Ou seja, a cada categoria de posição na ocupação está relacionado um determinado tipo de rendimento específico, o que deve ser considerado para uma apreensão mais completa desta questão.

Os rendimentos devem ser investigados não só em relação à ocupação principal como, também, à secundária, além da necessidade de serem cobertas outras fontes de rendimentos. Em relação aos empregados torna-se importante considerar: a sua remuneração obtida através de rendimentos fixos e variáveis, separadamente, bem como os rendimentos obtidos através do trabalho ou de outras fontes, entre outros itens. Há que se diferenciar, ainda, os rendimentos obtidos em dinheiro ou em espécie, além de estudar formas de captação mais adequadas do rendimento, dadas as dificuldades existentes em uma economia inflacionária como a nossa.

Para os empregadores, já se destacou a necessidade de determinar o nível de rendimento obtido, e no caso dos trabalhadores por conta-própria, a necessidade de uma avaliação dos seus rendimentos, dadas as dificuldades de obtenção da sua renda média, o que merece cuidados maiores na captação.

Por outro lado, as estatísticas de emprego e rendimentos deveriam ser analisadas, até onde seja possível, de acordo com as recomendações internacionais, "em conexão com a duração do trabalho,

(48) OIT - 13ª Conferência Internacional de Estadígrafos del Trabajo
- 1982 (Ginebra: Oficina Internacional del Trabajo, 1983,
mimeo, p.I/7)

tamanho do domicílio, número de receptores de rendimentos, disponibilidade de ativos e outras características demográficas, sociais e econômicas do indivíduo e do domicílio"(49).

Finalmente, cabe reforçar a necessidade de discriminar o rendimento segundo os universos agrícolas e não-agrícola. No caso do rendimento voltado para a atividade não-agrícola, este obedece a uma determinada regularidade que não é a mesma encontrada nas atividades agrícolas, vinculadas às épocas de plantio e de colheita.

B. O Trabalho Agrícola

Conforme foi observado nas partes iniciais deste texto, a captação das características do trabalho agrícola deverá ser também objeto de investigação, levando-se em consideração o quadro complexo e diversificado da agricultura brasileira, onde coexistem formas diferenciadas de organização da produção. Tal diversidade torna-se evidente quando se comparam as distintas regiões do país, não obstante possa, também, ser observada internamente a cada região. Não pode ser negligenciado, igualmente, o fenômeno das mudanças substanciais que têm atingido o setor rural, sobretudo nas últimas duas décadas, onde vem sendo viabilizado intenso processo de industrialização da agricultura, alterando especialmente o modo de produzir e de organizar os mercados agrícolas. "A agricultura brasileira transitou do predomínio do modo tradicional de produzir para o predomínio do modo moderno que combina insumos e serviços industriais com terra e trabalho"(50). Tais mudanças encontram-se vinculadas, conforme assinala Müller, à "(...) constituição/remodelação e expansão dos setores da indústria para a agricultura e dos setores agroindustriais"(51), com repercussões significativas sobre o processo de trabalho e as próprias formas de utilização da mão-de-obra agrícola. Neste sentido assiste-se a uma expansão das relações de trabalho baseadas no assalariamento, num processo que vem se definindo pela segmentação do contingente de trabalhadores. Observa-se, ao mesmo tempo, que as formas de produção baseadas no uso do trabalho familiar, que não se identificam com as relações de trabalho básicas da produção capitalista, persistem e são recriadas, sendo igualmente, afetadas pelo processo de industrialização da agricultura.

Todos esses aspectos devem fazer parte do quadro de referência que vai orientar a investigação do trabalho no campo brasileiro. Embora o processo de industrialização da agricultura tenda a

(49) *ibid.*, p.I/8

(50) Geraldo Müller - A economia política do complexo agroindustrial brasileiro (notas básicas para elaboração de um programa de pesquisa), Boletim de Geografia, número 12 (São Paulo: abril, 1987, p. 130).

(51) *ibid.* P. 130

unificar, cada vez mais, o mercado de trabalho do campo com o da cidade, permanecem, todavia, diferenciações e especificidades nas atividades agrícolas que merecem ser apreendidas com a investigação do trabalho neste contexto.

Partindo-se de tais pressupostos, define-se, inicialmente, como procedimento metodológico para a elaboração da pesquisa, a busca de critérios para definir as categorias de posição na ocupação, capazes de expressar a complexidade das relações sociais nas quais estão envolvidos os trabalhadores agrícolas. Os parâmetros até aqui utilizados para distinguir as diversas categorias de trabalhadores não têm sido suficientes para a captação de muitos aspectos importantes dessas relações, que são amplas e complexas, envolvendo não somente condições de acesso à terra, formas de extração do trabalho excedente como, ainda, as que dizem respeito à organização do trabalho e às especificidades do emprego agrícola. É nesse sentido que se tenta, a seguir, repensar as categorias de posição na ocupação a partir do contexto real do mundo do trabalho no campo. Serão tomadas como referência, na reflexão, as atuais categorias adotadas na PNAD e sugeridos outros elementos considerados expressivos para a composição de um quadro de questões para a investigação.

a. Empregado

Três são as categorias de posição na ocupação adotadas na atual PNAD, dirigidas às pessoas que vivem da venda de sua força de trabalho no campo: empregado, trabalhador agrícola volante com intermediário e trabalhador agrícola volante sem intermediário. Ao analisar os critérios de distinção entre essas categorias, questiona-se, de imediato, se seria conveniente mantê-las tais quais são apresentadas, na futura pesquisa sobre o trabalho agrícola.

Considera-se, de início, que em relação a essa indagação, alguns aspectos necessitam ser observados. É reconhecida a existência, no interior das relações sociais de produção baseadas no assalariamento, de uma gama de situações diversificadas. Tais situações vão criar dificuldades adicionais à tarefa de busca de compreensão dessas relações de trabalho, através da utilização de categorias de posição na ocupação, separadas entre si por critérios pouco adequados para dar conta dessa realidade. Tal inadequação pode ser melhor entendida com as explicações que se seguem.

Convém considerar, inicialmente, que a distinção estabelecida pela PNAD entre empregados e trabalhadores agrícolas volantes não chega a dar conta do processo de proletarianização que vem ocorrendo no campo brasileiro. Esse processo tem se caracterizado por uma segmentação da força de trabalho, tendo em vista as diversas condições de trabalho e a distribuição dos direitos trabalhistas.

Nesse sentido vários exemplos podem ser citados, como no caso daqueles contingentes de trabalhadores da cana-de-açúcar inseridos nas atividades produtivas nas categorias de "efetivados", "contratados" e "clandestinos" que, embora constituídas de assalariados, são distintas sob vários aspectos(52). Na esfera jurídica são diferentes porque: enquanto os trabalhadores "efetivados", residindo ou não nas propriedades, têm contrato de trabalho por tempo indeterminado, registrado em carteira de trabalho, os "contratados" têm contratos restritos ao período de safra; enquanto isso os "clandestinos" não têm a situação regularizada, não recebendo os benefícios da legislação trabalhista. Além disso, ocorrem diferenciações entre eles no que diz respeito às condições de trabalho e de remuneração. Se os "efetivados" recebem salário baseado na jornada legal de trabalho, os "contratados" e "clandestinos" são remunerados com base na produção realizada, o que é estipulado a partir de diversos critérios, entre os quais estão incluídas as condições em que o trabalho se realiza.

Os exemplos citados apontam a insuficiência da captação das diferenças existentes entre as categorias de trabalhadores assalariados unicamente a partir de parâmetros como a prestação de serviço a um empregador, a forma de remuneração ou a existência ou não da intermediação no acerto de trabalho. Tais elementos são importantes para definir os diferentes tipos de engajamento da força de trabalho no processo produtivo, mas não são suficientes na medida em que, combinados a outros elementos e, em contextos diversos, podem assumir significações variadas(53).

No que concerne especificamente aos trabalhadores volantes (bóia-frias, clandestinos, peões de trecho, etc), cuja inserção na produção se dá através de acertos informais diretamente com os produtores ou com intermediários que recrutam mão-de-obra, não é a forma de arregimentação -com ou sem intermediário- o elemento mais importante a separá-los entre si ou em relação aos demais trabalhadores assalariados. Nessa mesma ordem de observação podem ser interpretados os resultados do Censo Demográfico de 1980, onde foram levantadas, pela primeira vez, a nível nacional, informações sobre os trabalhadores volantes(54). Foi constatado que a importância da interposição do empregador não tem a mesma expressão nas diferentes regiões, sendo especialmente nas áreas de agricultura moderna que ela adquire maior significado. Não sendo indispensável à concretização das relações de trabalho volante, a presença da intermediação reveste-se, no entanto, de significado,

(52) Ver Doris Rinaldi Meyer. *Relações de trabalho na agricultura canavieira de Campos* (Rio de Janeiro: IBGE, 1983, mimeo)

(53) Ary Silva Jr. et alii - *Emprego rural: uma análise crítica das categorias dos Censos Agropecuários e das Estatísticas Cadastrais* in *Revista Brasileira de Estatística*, número 45 (Rio de Janeiro: IBGE, jul/dez., 1984, p.141).

(54) Ver Sebastiana Rodrigues de Brito et alii - *O trabalhador agrícola volante na agricultura*, *Revista Brasileira de Geografia*, número 46 (Rio de Janeiro: IBGE, jan/mar. 1984)

dependendo dos interesses dos grupos sociais nela envolvidos. Além de facilitar a redução dos custos com mão-de-obra, via burla das prescrições legais no que se refere aos encargos trabalhistas, atua, igualmente, no próprio ritmo da produtividade do trabalho.

Da mesma forma, as tentativas de caracterização da relação de trabalho volante como forma de relação social específica não ganham sentido quando se tomam como pontos de referência alguns elementos da realidade empírica dos indivíduos nela envolvidos - como, por exemplo, a situação de domicílio urbano. "O trabalhador volante como categoria de mão-de-obra assalariada está sujeito, como está, igualmente, o proletariado em geral, à venda de sua força de trabalho para garantir a própria sobrevivência. Nesse processo, estabelecem-se distintas formas de exploração da força de trabalho, que permeiam tanto as formas de trabalho assalariado de caráter permanente como temporário; o valor que o assalariado recebe em troca de seu trabalho não é por ele determinado e, por isso mesmo, não raro se concretiza num mínimo necessário à sua reprodução"(55). É neste ponto que a especificidade do trabalhador volante ganha significado, pois o caráter vulnerável da forma pela qual se insere no processo produtivo faz com que o valor total do seu trabalho seja ainda mais reduzido, visto que, não sendo nem mesmo amparado pela legislação trabalhista, não pode, igualmente, contar com a garantia de obter trabalho durante todo o ano. Portanto, os trabalhadores volantes enquanto parte da classe assalariada distinguem-se dos demais trabalhadores livres na escala de exploração que os atinge enquanto mão-de-obra temporária. A informalidade de sua relação de emprego possibilita ao capital usufruir-se de uma força-de-trabalho de custo muito baixo.

Tal informalidade necessita ser apreendida na investigação, inclusive complementada com aspectos relativos à instabilidade no emprego e aos movimentos pendulares que esses trabalhadores realizam no espaço a fim de conseguir trabalho em diferentes estabelecimentos agrícolas, ou mesmo nos centros urbanos, em períodos de ocorrência de não trabalho ao longo do processo de produção da agricultura. Acrescente-se, ainda, que outros aspectos relativos às características sócio-demográficas e econômicas desses trabalhadores deverão, igualmente, ser pesquisados. Informações sobre composição da força-de-trabalho da família, estrutura etária, sexo, níveis de instrução, local de origem e residência, formas e níveis de remuneração, acesso à legislação trabalhista e, de alguma forma, à terra poderão constituir-se em indicadores importantes, que refletem as condições nas quais os trabalhadores volantes estão inseridos no processo produtivo.

Em relação aos demais trabalhadores assalariados, há que se considerar, conforme já foi apontado, que a categoria empregado não é homogênea, coexistindo nela desde assalariados "puros" que só recebem a remuneração em contrapartida à venda da força de trabalho, até aqueles trabalhadores residentes na propriedade que recebem alguns "benefícios"

(55) *ibid.*, p.53

do patrão (como alimentação, moradia, etc.). Além disso, a forma de contratação - se para tempo determinado ou indeterminado - assim como a possibilidade ou não de algum tipo de acesso à terra para desenvolver plantio de subsistência constituem-se em outros elementos diferenciadores da categoria. Não pode ser esquecido, ainda, que as atividades por eles desenvolvidas exigem ou não algum tipo de qualificação - como, por exemplo, os empregados que desempenham atividades mecanizadas - o que vai implicar em outras tantas maneiras de diversificação das condições de trabalho. Da mesma forma, como foi sugerido no caso dos volantes, outros aspectos, de ordem sócio-demográfica e econômica deverão ser, também, levados em consideração na pesquisa, com vistas à obtenção de um quadro geral que permita uma melhor visualização das condições nas quais os empregados participam do processo produtivo.

Os aspectos referentes às diferenciações internas existentes entre os contingentes de mão-de-obra assalariados não justificam, contudo, a manutenção na PNAD das atuais categorias de posição na ocupação para essa fração da classe trabalhadora. Na definição de categorias que dêem conta das características básicas do trabalho assalariado há que se levar em conta, primordialmente, os elementos essenciais que definem a relação de trabalho na qual estão inseridos os trabalhadores. Ou seja, tanto empregados permanentes quanto volantes são regidos pelos mesmos padrões que regem a classe assalariada em geral, isto é, enquanto contingentes da classe trabalhadora desvinculados dos meios de produção sujeitam-se à venda de sua força-de-trabalho para garantir a própria sobrevivência. Por isso mesmo justifica-se a adoção, na futura pesquisa, de uma única categoria da posição na ocupação - a de empregado - para as pessoas que vivem da venda de sua força de trabalho. Ao mesmo tempo, dado que ao longo do processo de concretização da compra e venda da força de trabalho estabelecem-se distintas formas de exploração dos assalariados que repercutem nas condições sociais de sua existência, sugere-se uma subdivisão na categoria empregado, com vistas à captação das especificidades internas à mesma. Em outros termos, os empregados poderão ser enquadrados segundo as especificidades de sua condição de inserção no processo produtivo na agricultura em um dos dois grupos: 1) empregados permanentes para as pessoas que têm trabalho fixo ou 2) empregados volantes ou temporários para as pessoas que não têm trabalho fixo, e são arregimentadas para a realização de tarefas, e que recebem remuneração por produção efetivada, dia ou horas trabalhadas.

b. Conta-própria e não remunerado

A definição dos conceitos relativos a estas categorias de posição na ocupação reporta-se, de forma explícita, à oposição existente entre as relações de trabalho capitalistas puras e aquelas baseadas na utilização da força-de-trabalho da família. No caso do trabalhador, por conta própria, sabe-se que ele explora sua própria empresa e, nesse processo, não se utiliza da compra da força-de-trabalho de outros trabalhadores; não estando desvinculado dos meios de produção, ele garante seus próprios meios de vida com o uso da sua força de trabalho e o dos membros de sua família. Trata-se, no caso do setor agrícola, de

trabalhadores camponeses que, no contexto do campo brasileiro, têm significativa importância, apesar da intensa penetração do capital na agricultura verificada nas últimas décadas.

O exame das características que assume a produção camponesa, conforme já mostraram inúmeros estudos, aponta uma série de questões como objeto de reflexão na elaboração de uma PNAD voltada também para o contexto agrícola. Conforme foi destacado anteriormente, "(...) uma das características básicas da produção familiar no campo é a utilização intensiva da mão-de-obra da família com o intuito de obter maior produção na área que explora. O tamanho e a composição da unidade são dados ao nível da família e a divisão do trabalho é feita de acordo com o sexo e a faixa etária"(56). Como unidade de produção e de consumo, ela busca, primordialmente, garantir a subsistência do grupo familiar, sendo a renda obtida o resultado da venda de produtos e do auto-consumo. A integração dessas atividades dá-se a partir de um cálculo econômico específico, cabendo acrescentar, ainda, "(...) que essa renda deve, também, atender às necessidades próprias da produção, como compra de sementes, adubos e implementos, o que possibilita à unidade continuar operando"(57).

Sendo o rendimento basicamente familiar, dependente de um ciclo de produção, ele se diferencia da remuneração recebida pelos trabalhadores assalariados em troca da venda da força-de-trabalho. No entanto, dadas as condições concretas desfavoráveis nas quais se desenvolve a produção camponesa no país, o recurso ao trabalho assalariado para complementar os rendimentos da família é fato freqüente. Colocando um contingente familiar à disposição do mercado de trabalho, em épocas de picos das atividades produtivas nos grandes empreendimentos agropecuários, o trabalhador camponês busca, no caso, garantir a permanência de sua condição de trabalhador por conta própria, resistindo, portanto, ao processo de expropriação definitiva dos meios de produção.

Todas essas características peculiares do trabalho familiar não podem ser deixadas de lado numa investigação. Esta deverá captar tanto as formas sob as quais a produção camponesa se organiza, como a inserção múltipla no mercado de trabalho e a lógica que a dirige. Além disso, é fundamental investigar a relação que os camponeses mantêm com a terra - se de propriedade, posse ou ocupação, parceria, arrendamento - assim como o tamanho do estabelecimento. A vinculação estabelecida entre o conta-própria e a terra terá influência decisiva no desempenho das suas atividades produtivas. Faz sentido lembrar que existem situações peculiares na questão da posse da terra como, por exemplo, no caso dos trabalhadores assentados em projetos de colonização. Muitos deles recebem a terra em troca de um pagamento, a longo prazo, não tendo, portanto, acesso ao título de propriedade. Já foi verificado que, em certos projetos, a garantia que o colono tem de manter a posse da terra

(56) Sebastiana Rodrigues de Brito e Doris Rinaldi Meyer - Estatísticas Rurais: subsídios à reformulação da PNAD (Rio de Janeiro: IBGE, 1988, p.14)

(57) *ibid.* p.14

depende do sucesso que obtém nas atividades produtivas, conseguindo saldar seus débitos junto às instituições financeiras.

Ao considerar que, na investigação a respeito do trabalhador conta-própria, a questão da relação com a terra é fundamental, surge daí uma interrogação. Trata-se de perguntar se é válida a manutenção das categorias hoje existentes, de parceiro conta-própria, parceiro-empregado e parceiro-empregador, na futura PNAD(58) . Se nas outras categorias de posição na ocupação poderão estar integrados os trabalhadores que exploram a terra sob o sistema de parceria, não há razão para manter três categorias em separado para captar essa mesma situação. Isso se explica por várias razões.

A parceria se define, tanto quanto o arrendamento, por uma relação jurídica estabelecida entre o produtor e o proprietário da terra, onde existe contrato, verbal ou escrito, determinando as obrigações para ambas as partes. No entanto, elas se expressam, também, enquanto relação econômica. As relações existentes entre produtor e proprietário não se esgotam na questão da condição de acesso à terra. "Tais relações são mais amplas e complexas, não se restringindo ao pagamento da renda e, nesse sentido, devem ser compreendidas na sua totalidade"(59) . Assim, a forma e o nível de participação maior ou menor do proprietário da terra no processo de exploração levado a efeito pelo produtor - como, por exemplo, a compra da produção, a venda de bens de subsistência, a determinação do produto a ser cultivado, etc.- podem ser um indicador importante do nível de subordinação do produtor ao dono da terra.

(58) Segundo o Manual do Entrevistador - PNAD/89, essas categorias são definidas da seguinte forma:

Parceiro-Empregador - para a pessoa que trabalhava explorando uma atividade agrícola, pecuária, ou de extração vegetal ou mineral, caça, pesca ou garimpo, com, pelo menos, um empregado e pagando pela exploração com serviços ou parte da produção;

Parceiro Conta-própria - para a pessoa que trabalhava explorando uma atividade agrícola, pecuária, ou de extração vegetal ou mineral, caça, pesca ou garimpo, sem ter empregado, com ou sem auxílio de membro não remunerado da unidade domiciliar e pagando pela exploração com serviços ou parte da produção;

Parceiro-Empregado - para a pessoa que trabalhava em uma atividade agrícola, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca ou garimpo, com ou sem auxílio de membro não remunerado da unidade domiciliar e recebendo uma parte da produção pelo seu trabalho;

(59) Ver Ary Silva Jr. et alii - Emprego rural: uma análise crítica das categorias dos Censos Agropecuários e das Estatísticas Cadastrais- Revista Brasileira de Estatística, número 45 (Rio de Janeiro: IBGE, jul/dez., 1984, p.133)

O importante no processo de investigação dos trabalhadores engajados nessas relações de produção não é a separação interna dos mesmos, com uso de diferentes categorias de posição na ocupação definidas por critérios que não dão conta de toda a complexidade dessas relações sociais. Tentar distingui-los apenas por aspectos referentes à utilização ou não de mão-de-obra não remunerada ou remunerada e pela forma de pagamento da exploração da terra -se com serviços e/ou parte da produção- não possibilita a apreensão das relações sociais fundamentais que se estabelecem nessa forma de exploração da terra.

Da mesma maneira, os critérios de definição do parceiro-empregado reportam-se, de imediato, a uma relação de trabalho baseada na compra e venda da força-de-trabalho. Embora, aparentemente, possa ser confundido com um trabalhador vinculado aos meios de produção, o parceiro-empregado, pelo fato de receber parte da produção pelo seu trabalho é, de qualquer forma, nada mais que um integrante do contingente de assalariados. O fato dele utilizar membros não remunerados do seu domicílio nas atividades produtivas não descaracteriza, igualmente, a relação de trabalho assalariada. Entre os empregados, sobretudo no caso de trabalhadores por empreita, é comum a participação de membros da família, embora o chefe seja o único contratado para a realização do trabalho.

Pode-se sugerir, a partir das observações sobre as três categorias de parceiros que, na futura PNAD sejam as mesmas suprimidas, uma vez que não há justificativa teórica que sustente sua manutenção enquanto categoria específica de posição na ocupação. Tratando-se de uma relação jurídica estabelecida entre o dono da terra e o produtor, o mais correto, do ponto de vista metodológico, é captá-las nas categorias de posição na ocupação nas quais os critérios de definição de seus conceitos possam expressar as relações sociais de produção correspondentes. Em outras palavras, o parceiro-empregado será captado na categoria empregado, onde será indagada a forma de remuneração e se há vínculo do trabalhador com a terra para a realização de lavoura de subsistência. Enquanto isso, o parceiro conta-própria vai ser investigado na categoria conta-própria. Como já foi lembrado, nesta categoria será indagada a forma de relação com a terra -se de posse, arrendamento, parceria ou propriedade. Por último, o parceiro-empregador vai integrar a categoria empregador onde, também, será pesquisada a relação com a terra, assim como a utilização da mão-de-obra.

Finalmente, retornando-se à questão dos trabalhadores por conta-própria, destaca-se, ainda, que no conjunto de informações a serem pesquisadas, devem ser articulados às características do trabalho os aspectos relativos à estrutura da família, segundo sexo e idade, local de nascimento e de residência e nível de escolaridade. As informações sobre o tamanho e a composição do grupo familiar deverão ser estabelecidas de modo a identificar, entre os membros do domicílio, a categoria dos não remunerados, assim como aqueles que executam atividades produtivas na condição de assalariado.

A referência à categoria dos não remunerados evoca a necessidade de uma revisão do conceito até aqui utilizado para designar os trabalhadores nela inseridos. A exigência de um mínimo de 15 horas semanais de trabalho não tem significado no caso dos trabalhadores agrícolas, especialmente quando se trata de captação das características do trabalho desempenhado pelas mulheres e menores. A importância da participação deste contingente no processo produtivo não é desconhecida. E, por isso mesmo, deverá ser objeto de cuidadosa investigação na PNAD.

c. Empregador

O conceito de empregador utilizado na PNAD, aparentemente, não apresentaria problema se existissem outros elementos capazes de expressar a diferenciação social presente entre o patronato rural. O fato de poder ser incorporado nessa categoria o empregador que tem apenas um empregado mostra que, na investigação, outros critérios têm que ser integrados. Assim, questões relativas à relação com a terra, tamanho do estabelecimento, características sócio-demográficas e econômicas, composição da mão-de-obra utilizada e forma de administração são importantes para a apreensão das diferenciações internas à categoria.

2. O Desemprego e a Inatividade

A delimitação do "desemprego" através de levantamentos estatísticos, via de regra, fundamenta-se em dois critérios: o fato da pessoa não estar trabalhando e, ao mesmo tempo, procurar trabalho. É esse último critério que basicamente vai distinguir os "desempregados" dos "inativos". Na PNAD atual, os "desempregados" são aqueles que, sem trabalho, estão procurando trabalho no período de referência, tendo para isso tomado providências concretas. Essa definição, entretanto, permite apenas uma avaliação do chamado desemprego aberto, deixando de lado outras dimensões do desemprego, importantes em economias como a nossa. A esse respeito, merecem atenção as inovações introduzidas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (SEADE/DIEESE), no momento em que se propõe uma revisão da PNAD. Como já foi observado, "na proposta de reformulação da PNAD, não poderia deixar de reconhecer o avanço significativo que representou o questionário da PED na avaliação das condições de trabalho. De fato, ao abrir espaço para a investigação da procura de trabalho entre as pessoas que se declaram ocupadas no período de referência da pesquisa, e ao respeitar a representação do próprio informante quando avalia sua atividade menos como um trabalho propriamente dito, e mais como uma ocupação eventual, a PED permitiu uma aproximação ao 'desemprego disfarçado', que inúmeros estudos apontam ser uma dimensão relevante do desemprego em economias como a brasileira"(60).

(60) Angela Filgueiras Jorge et alii - Proposta Preliminar para o Corpo Básico da PNAD-1985 (Rio de Janeiro: IBGE, 1985, mimeo, p.6)

Assim, a PED classifica como desempregadas "as pessoas que:

- a. procuraram trabalho no período de referência de 30 dias e não tinham trabalho na semana de referência;
- b. não estão trabalhando, procuraram trabalho nos últimos 12 meses e não procuraram no período de 30 dias por falta de recursos financeiros, problemas familiares, por doença ou desistiram de procurar porque pensam que não vão conseguir, mas continuam dispostas a trabalhar. Essa parcela da população é chamada de "desalentada";
- c. tinham trabalho descontínuo e irregular ou não remunerado na semana de referência e procuraram trabalho remunerado no período de 30 dias ou 12 meses com objetivo de trocar este trabalho. Estas pessoas são consideradas como desempregadas que realizam trabalho precário; e
- d. procuraram trabalho estando cumprindo aviso prévio"(61) .

As principais inovações dizem respeito à inclusão, na categoria de "desempregados", de pessoas com trabalho precário que estão procurando trabalho, como daqueles chamados "desalentados", isto é, que não estando trabalhando, estão disponíveis para o trabalho mas não tomaram providências concretas para se engajar em alguma atividade produtiva, devido a dificuldades no mercado de trabalho ou a motivos pessoais. No primeiro caso, essa alteração permite diferenciar melhor, no conjunto da PEA, aqueles que trabalham regularmente daqueles que estão desempenhando uma ocupação eventual e pretendem arranjar outro trabalho, situações essas que são tratadas indiscriminadamente pela PNAD. Com isso, possibilita uma apreensão mais ampla da questão do desemprego. Por sua vez, a inclusão dos chamados "desalentados" vem ao encontro das recomendações da OIT, que em determinadas situações dispensa o critério de "procura de trabalho" para caracterizar o desemprego. Segundo ela, "em situações em que os meios convencionais de procura de trabalho são insuficientes, em que o mercado de trabalho está desorganizado ou é de alcance limitado e ... em que a força de trabalho é composta por pessoas com emprego independente, a definição padrão de desemprego pode aplicar-se sem o critério de busca de emprego..."(62) . Nessas situações a disponibilidade para trabalhar deve ser avaliada segundo as circunstâncias nacionais. Na PNAD, no seu formato atual, o contingente de "desalentados" é considerado inativo. A introdução dessa diferenciação parece-nos oportuna, na medida em que vem possibilitar a melhor caracterização dessa faixa intermediária entre inatividade e atividade econômica, e também a captação mais adequada da força-de-trabalho potencial. Segundo a OIT, os estudantes, e outras

(61) Definições da PED em "Reformulação da PME (DEPAM, IBGE, 1986)

(62) OIT - 13ª Conferência Internacional de Estadígrafos del Trabajo 1982 , (Ginebra: Oficina Internacional del Trabajo, 1983, mimeo, p. I/4)

16 pessoas dedicadas a atividades não-econômicas que estejam dispostas a trabalhar, mesmo que não tenham procurado trabalho, devem ser considerados "desempregados" e, se possível, classificados à parte(63) .

Nesse sentido, queremos enfatizar aqui afirmações já feitas, quando das considerações sobre o conceito de trabalho, a respeito da necessidade de se analisar a categoria de inativos mais detalhadamente, na medida em que ela é dinâmica e, freqüentemente, constitui uma reserva para o trabalho.

3. Outros Temas de Investigação

Como tem sido destacado por inúmeros estudiosos e pelas instituições oficiais dedicadas às pesquisas sobre trabalho, uma análise consistente dessa questão deve incorporar dados sobre temas afins, tais como estrutura familiar, educação, mobilidade espacial e mobilidade ocupacional da força-de-trabalho, habitação; etc. Ainda que a PNAD atual levante algumas informações a esse respeito, há necessidade de aprofundá-las e procurar relacioná-las com a investigação sobre as características do trabalho. Principalmente numa economia como a brasileira que, como já foi dito, caracteriza-se pela heterogeneidade de formas de organização da produção, essa articulação se faz necessária.

A importância do levantamento de informações sobre a composição da família, por exemplo, torna-se imprescindível no caso do trabalho agrícola, na medida em que, na pequena produção camponesa, é a família ou, mais especificamente, o grupo doméstico que constitui o núcleo da unidade de produção. As atividades produtivas exercidas pelos indivíduos estão, nesse sentido, subordinadas à organização familiar e à autoridade doméstica, sendo a divisão do trabalho determinada pelas diferenças de sexo e grupos de idade. A renda do trabalho, conseqüentemente, não pode ser pesquisada individualmente, na medida em que é resultado de um esforço conjunto da família.

Entretanto, não é apenas para o trabalho agrícola que o levantamento de informações sobre a família se faz necessário. Também para determinados segmentos de trabalhadores não-agrícolas, o estudo da estrutura familiar é importante para compor o quadro das informações sobre a força-de-trabalho. Principalmente para os "trabalhadores por conta-própria" que desenvolvem suas atividades com mão-de-obra familiar, mas também para trabalhadores assalariados. Entre esses últimos, estudos têm demonstrado que a família trabalhadora passa a ser uma unidade importante de análise, na medida em que tem uma função organizadora das estratégias de reprodução da força-de-trabalho, em situações de insuficiência do salário. É comum o engajamento de membros da família em

(63) Ibid., p.1/5.

atividades por "conta-própria" com o objetivo de complementar um orçamento doméstico suprido por salários insuficientes. Num estudo sobre estratégias de trabalho de trabalhadores urbanos nordestinos, Leite Lopes e Machado da Silva apontam para a existência de uma série de atividades econômicas realizadas ao nível da família trabalhadora, como aquelas de complementação alimentar através do "roçado" ou de um "minicomércio vicinal". Segundo os autores, tais atividades são "invisíveis" aos olhos do mercado, mas têm um peso fundamental quando se deseja compreender a diversidade de formas de produzir nas quais estão inseridos os trabalhadores urbanos(64) .

Por outro lado, informações sobre educação e formação profissional são importantes no sentido de caracterizar a força-de-trabalho quanto à sua qualificação, ainda que se deva tomar cuidado para não se estabelecer relações diretas e simples entre esses elementos e a inserção no mercado de trabalho. Além disso, deve-se contextualizar essas informações segundo os universos agrícola e não-agrícola e considerar, também, as formas de aquisição de conhecimento não-formalizadas, particularmente aquelas obtidas a partir da própria experiência de trabalho(65) .

Outro fator importante a ser investigado diz respeito à mobilidade espacial da mão-de-obra associada à procura de melhores oportunidades econômicas. A análise desse componente pode permitir caracterizar melhor tanto o trabalho não-agrícola quanto agrícola, além de possibilitar a compreensão de estratégias de sobrevivência principalmente de trabalhadores agrícolas que, freqüentemente, associam o trabalho camponês ao trabalho assalariado em outras regiões.

Finalmente, cabe acrescentar a relevância do levantamento de informações sobre as características dos domicílios, no sentido de avaliar as condições de vida da população estudada. Tal levantamento é feito pela atual PNAD, a partir da coleta de dados sobre habitação e infra-estrutura, mas tomando como referência padrões urbanos. Trata-se de rever esses quesitos adaptando-os à necessidade de investigar mais detalhadamente a população vinculada à atividade agrícola.

(64) José Sérgio Leite Lopes e Luís Antônio Machado da Silva - "Introdução: Estratégia de Trabalho, Formas de Dominação na Produção e Subordinação Doméstica de Trabalhadores Urbanos" em *Mudança Social no Nordeste - Estudos sobre Trabalhadores Urbanos* (Ed. Paz e Terra, RJ, 1979)

(65) Luís Zúñiga - *Las Estadísticas de la Fuerza de Trabajo y la Educación en el Estudio de los Recursos Humanos. Proposición de un Subsistema de Estadísticas y Elementos para el Análisis de Información* - Programa de Actividades Conjuntas (ELAS-CELADE-Santiago de Chile: Junio de 1976)

A Investigação do Fenômeno Trabalho

A partir das colocações feitas, considera-se que a investigação das relações de trabalho através da **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios** deve se desenvolver de modo a levantar detalhadamente as características do trabalho agrícola e do trabalho não-agrícola, bem como coletar informações sobre os temas que lhe são correlatos.

De início, trata-se de definir a maneira mais adequada de levar a efeito um levantamento das condições de trabalho, no sentido de viabilizar a pesquisa das características do trabalho agrícola, já que a **PNAD** atual privilegia a investigação das relações de trabalho no universo não-agrícola. Uma proposta possível seria desdobrar o questionário, "distinguindo-se a população ocupada em atividades agrícolas e não-agrícolas. Na concepção, haveria um elenco comum de perguntas para as pessoas ocupadas e a partir daí, formular-se-iam questões específicas para as que estivessem alocadas em um ou outro ramo de atividade. Assim desdobrado, o questionário viabilizaria não somente o tratamento mais adequado das questões relacionadas ao trabalho agrícola como, também, o levantamento de aspectos específicos decorrentes da problemática urbana"(66) . Tal procedimento implicaria numa revisão da atual amostra que, pelos critérios hoje adotados, focaliza primordialmente os municípios de maior concentração populacional, com características urbanas. Seria necessário expandir essa amostra de modo a contemplar municípios mais especificamente agrícolas.

O mérito de tal proposta consiste na utilização do critério de "atividade" para distinguir a investigação das relações de trabalho "urbanas" e "rurais". Como alguns estudos têm mostrado, a delimitação feita tradicionalmente pelo IBGE entre "urbano" e "rural", baseada em critério legal-administrativo, não é suficiente para explicar as diferenças, semelhanças e articulações entre esses dois universos. Esse critério não é próprio para identificar, por exemplo, aglomerados populacionais, com características urbanas, situados na periferia de cidades de maiores dimensões, mas que são enquadrados como rurais. Ou, ao contrário, grupamentos populacionais definidos legalmente como urbanos, mas que, por seu tamanho e estrutura ocupacional, têm

(66) Angela Filgueiras Jorge et alii - Proposta Preliminar para o Corpo Básico da PNAD - 1985 (Rio de Janeiro: IBGE, 1985, mimeo)

características rurais(67) . A distribuição do setor de atividade, agrícola e não-agricola, afigura-se, nesse sentido, como um critério importante para a definição do que se está denominando "urbano" e "rural", numa pesquisa cujo objetivo básico é estudar as relações de trabalho(68) . A introdução desse critério permite captar, por exemplo, situações de domicílio urbano, mas de trabalho agrícola, como o caso dos "trabalhadores agrícolas volantes" que, residindo na periferia das cidades de porte médio, permanecem envolvidos em atividades agrícolas.

Uma outra alternativa consistiria em manter uma pesquisa nacional, contendo um elenco básico de perguntas gerais, no sentido de possibilitar a elaboração de estimativas de população para todo o País, seguido de um questionário específico, que levante mais detalhadamente as características do trabalho, aplicado à população inserida em atividades não-agrícolas. Paralelamente seria aplicado outro questionário com objetivo de examinar as relações de trabalho no campo, onde o desenho da amostra deveria ser elaborado de maneira a contemplar a população inserida em atividades agrícolas, mesmo quando ela resida em espaço urbano. Nesse sentido o critério de atividade seria predominante, ainda que se pudesse agregar a ele outros critérios(69) . Esta pesquisa deveria ser realizada simultaneamente aos Censos Econômicos e pelo menos uma vez nos intervalos censitários, cobrindo o conjunto de regiões da PNAD(70) .

Outra questão a ser definida refere-se ao período de referência que a pesquisa estabelece para o levantamento das informações. Tradicionalmente a PNAD utiliza a semana como referência, ainda que, com relação à procura de trabalho, o período seja mais amplo, de 30 e 60 dias. Como já foi observado, as informações coletadas com base num período curto de tempo estão sujeitas a uma série de distorções, principalmente em situações de trabalho intermitente ou sazonal.

A DIT, numa tentativa de minimizar esse problema, recomenda a utilização, além da semana, do período de 12 meses para a captação da inserção da população na atividade econômica. Ainda que a utilização desse período longo não deva se aplicar a todos os quesitos, uma vez que

(67) Olga MBL Fredrich, Sebastiana R. Brito e Sonia Rocha - "Conceituação e operacionalização da categoria de aglomerados rurais como situação de domicílio para fins censitários" R. Bras. Est., 44 (173/174: 199-255, (Rio de Janeiro: jan/jun, 1983)

(68) Sebastiana R. Brito e Doris Rinaldi Meyer - Estatísticas Rurais: Subsídios à Reformulação da PNAD (DEISO, IBGE, dez. 1988, mimeo)

(69) A questão da amostra será analisada mais adiante.

(70) IIIa. Conferência Nacional de Estatística - CONFEST - Síntese do Grupo Estatísticas do Trabalho, novembro 1989. p. 2.

algumas informações demandam uma certa dose de precisão, em que o fator memória pode influir de maneira negativa, é importante considerá-lo em termos da delimitação da população economicamente ativa. Principalmente nas áreas rurais, onde o trabalho se caracteriza pela sazonalidade e onde a mão-de-obra se envolve numa diversidade de atividades produtivas durante o ano, é fundamental tomar como referência um período mais amplo. Mesmo em relação à mão-de-obra não-agrícola, a captação das atividades intermitentes do mercado informal fica prejudicada quando se adota como referência um período curto.

O que se sugere é que se mantenha a semana como período de referência, no sentido de preservar a continuidade da série PNAD, mas que se pesquise, também, a inserção da população no mercado de trabalho nos últimos 12 meses. Em relação à procura de trabalho poderia ser mantido o período de 30 dias, introduzindo-se o período de 12 meses como faz a PED, mesmo para aqueles que estão trabalhando. Com isso se ampliam as possibilidades de apreensão do trabalho intermitente que não foi exercido na semana, além do "trabalho precário" exercido na semana, e, também, da articulação entre atividade e inatividade, no sentido de permitir uma melhor captação da pressão sobre o mercado de trabalho.

Além disso, reportando-se ao debate internacional acerca das estatísticas do trabalho, cabe questionar o limite de idade adotado pela PNAD para inclusão das pessoas na atividade econômica(71). Atualmente a investigação incide sobre aqueles de 10 anos e mais, desconsiderando uma parcela importante do trabalho dos menores, tanto no campo quanto na cidade. A sugestão que se faz é de que se mantenha o limite de 10 anos com fins de comparabilidade, mas que se levante, também, algumas informações sobre as atividades produtivas dos menores de 5 a 9 anos.

No Censo Demográfico de 1980 houve uma tentativa de captação do trabalho de menores - de 5 a 9 anos - mas os resultados obtidos foram poucos expressivos. A explicação para a baixa representatividade dessa fração da população no Censo pode estar relacionada ao próprio conceito de trabalho até então utilizado, assim como à posição das perguntas a ela dirigidas no questionário - incluídas junto a quesitos de conteúdo de outra ordem. Acredita-se que, uma vez corrigidos estes fatores de distorção, pode-se obter melhores informações a respeito dessa população na PNAD.

Finalmente, tendo em vista a importância de coletar informações sobre alguns temas que complementam a investigação sobre o trabalho, considera-se necessária a discussão com especialistas nessas áreas no sentido de enriquecer a proposta de revisão. Aliás, gostaríamos de reafirmar que essa discussão faz-se imprescindível no que se refere à

(71) vide capítulo II

proposta como um todo, na medida em que o que ora se apresenta tem um caráter preliminar, devendo ser submetido ao debate com os demais Departamentos do IBGE, além de outros estudiosos e usuários da PNAD, externos a esta Instituição.

A seguir, será apresentado um roteiro das questões que devem compor a investigação do fenômeno trabalho. A elaboração desse roteiro procurou incorporar sugestões já feitas em propostas anteriores de reformulação da PNAD, assim como questões já investigadas em PNAD's passadas e em outras pesquisas realizadas pelo IBGE, além daquelas levantadas pela PED (SEADE-DIEESE)(72) .

(72) Angela Filgueiras Jorge et alii - Proposta Preliminar para o Corpo Básico da PNAD - 1985 (Rio de Janeiro: IBGE, 1985, mimeo); Doris Rinaldi Meyer et alii - Proposta PNAD-Rural - 1985 (Rio de Janeiro: IBGE, 1989, mimeo); Jane Souto de Oliveira - Sobre o Suplemento da PNAD-89 (Rio de Janeiro: IBGE, 1989, mimeo); Pnad's e Suplementos das décadas de 70 e 80; Pesquisa de Emprego e Desemprego (São Paulo: Fundação SEADE-DIEESE, 1984)

ROTEIRO PARA INVESTIGAÇÃO

A. Temas Gerais

a. Habitação

- . espécie de domicílio
 - .. particular
 - ... permanente
 - ... improvisado
 - .. coletivo
 - ... permanente
 - ... temporário
- . características
 - .. tipo
 - ... casa
 - ... apartamento
 - ... quarto ou cômodo
 - ... rústico ou precário
 - .. paredes
 - .. piso
 - .. cobertura
 - .. abastecimento de água
 - ... fonte: poço, riacho, cacimba ou cisterna, rede pública
 - ... com ou sem canalização interna
 - .. instalação sanitária
 - ... tipo de serviço
 - WC conectado com a rede pública
 - WC com outro sistema de desagüe
 - não tem
 - ... uso
 - exclusivo do domicílio
 - compartilhado com outros
 - .. iluminação elétrica
 - ... sim
 - ... não
 - .. número de cômodos
 - ... número de cômodos servindo de dormitório
 - .. condição de ocupação
 - ... próprio
 - ... alugado
 - ... cedido
 - .. bens duráveis (inclusive instrumentos de trabalho, máquinas, equipamentos)

b. Características individuais e da família

- . cor
- . idade

- . sexo
- . estado conjugal
- . condição no domicílio
- . condição na família
- . números de filhos tidos
- . números de filhos vivos
- . número de filhos residentes

c. Educação

- . sabe ler e escrever
- . frequenta escola
 - .. pública
 - .. particular
- . não frequenta escola - motivo
- . curso de grau mais elevado que concluiu
- . espécie de curso (que frequenta ou frequentou)
 - .. formal
 - .. técnico
- . tempo e meio de deslocamento casa-escola
- . educação não formal
 - .. aprendizagem no trabalho
 - .. outra

d. Mobilidade espacial da força de trabalho

- . local de nascimento
 - .. UF
 - .. Município
 - .. área
 - ... urbana
 - ... rural
- . local da última residência
 - .. UF
 - .. Município
 - .. área

... urbana

... rural

. tempo de residência no município anterior

. tempo de residência no município atual

B. Trabalho

. nome do morador

. informante da pesquisa

. condição de atividade na semana

.. ativos, inativos, procurando trabalho

. idade em que começou a trabalhar

. tempo de permanência na força-de-trabalho

. setor de atividade (agrícola e não-agrícola)

ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS

a. Para pessoas de 5 a 9 anos de idade

. realização de alguma tarefa ou serviço (inclusive doméstico)

. tipo de tarefa ou serviço realizados

.. tarefas ou serviços remunerados

.. tarefas ou serviços não remunerados

.. afazeres domésticos

. tipo de tarefa ou serviço remunerados

. destino do dinheiro que ganha

.. para o orçamento familiar

.. parte para o orçamento familiar e parte para si

.. todo o dinheiro para si

. tipo de tarefa ou serviço não remunerado

. a quem ajuda na tarefa ou serviços não remunerados

.. a família (pai, mãe, etc.)

.. instituição

... beneficiante

... outra

- .. firmas
- .. outras

- . local de realização da tarefa ou serviço
 - .. no próprio domicílio
 - .. em outros domicílios
 - .. em estabelecimentos
 - .. em via pública

b. Para as pessoas de 10 anos e mais que trabalharam ou tinham trabalho na semana de referência e nos últimos 12 meses

Trabalho Principal

- . ocupação
- . setor de atividade
- . posição na ocupação
- . contribuição para previdência
- . tempo de deslocamento casa-trabalho
- . local de trabalho
- . tamanho do estabelecimento (número de trabalhadores)

Outro Trabalho

- . ocupação
- . setor de atividade
- . posição na ocupação
- . contribuição para previdência
- . remuneração
- . tempo de deslocamento casa-trabalho
- . local de trabalho
- . tamanho do estabelecimento (número de trabalhadores)

Outros Rendimentos

- . aposentadoria

- . pensão
- . aluguel
- . doação ou mesada
- . rendimento de capital
- . outros

1º Trabalho

- . ocupação
- . posição na ocupação
- . local de trabalho

Associação ou Filiação a Algum Sindicato ou Órgão de Classe

- . filiação a alguma associação de classe
- . filiação a algum sindicato
- . filiação a algum órgão comunitário

c. Posição na Ocupação

Empregado

- . empregado do Setor Público (servidor público e de empresa estatal) e empregado particular
 - .. situação contratual
 - ... tipo de contrato: por prazo determinado ou indeterminado; com ou sem carteira de trabalho
 - .. caracterização do local de trabalho (estabelecimento, negócio ou empresa)
 - .. natureza: empresa privada ou pública (federal, estadual, municipal)
 - .. tipo de assalariamento: por produção, por dia, por hora, por mês, por comissão
 - .. remuneração
 - ... fixa
 - ... variável
 - .. remuneração do trabalho
 - .. tempo de trabalho na empresa
 - .. forma de ingresso no trabalho: concurso ou não,

- outras formas
- .. horas trabalhadas
- .. benefícios (existência ou não, forma de recebimento)
 - ... ticket refeição ou alimentação
 - ... refeição no trabalho
 - ... moradia
 - ... transporte
 - ... educação
 - ... saúde

Empregador

- . atividade do negócio
- . nível do rendimento total
- . local de trabalho
 - .. em loja, escritório, consultório, etc
 - .. em via pública
 - .. outro

Trabalhador por conta própria

- . número de trabalhadores não remunerados e/ou sócios
- . prestação de serviços a empresas ou a pessoa física
- . identificação da empresa a que presta serviço e tamanho da empresa (quando for caso)
- . regularidade do trabalho
- . rendimento
 - .. renda média
 - .. renda por produção, por dia, por horas
- . legalização do trabalho: existência de licença ou não
- . local de trabalho
 - .. no domicílio em que reside
 - ... em local destinado exclusivamente a esse fim
 - ... em local não destinado exclusivamente a esse fim
 - .. fora do domicílio em que reside
 - ... em firma, oficina, loja, escritório, consultório, etc.
 - ... em casa de cliente
 - ... em via pública (em caráter regular e irregular)
 - em barraquinhas
 - em trailers
 - outras formas

Trabalhador não remunerado

- . diferenciar a quem ajuda
 - .. família
 - .. instituição
 - ... beneficente
 - ... outra
 - .. firmas
 - .. outras
- . tipo de tarefa ou serviços realizados

Trabalhador doméstico empregado

- . acesso à legislação trabalhista
 - .. posse ou não de carteira de trabalho
 - .. férias
 - .. 13º salário
- . frequência ao trabalho
- . local de moradia
 - .. no local de trabalho
 - .. diferente ao local de trabalho
- . existência de auxílio para transporte (no caso de moradia diferente do local de trabalho)
- . remuneração (por semana, quinzenal, por mês, etc.)
 - .. a seco
 - .. com alimentação
 - .. com desconto de alimentação e/ou moradia

Trabalhador doméstico por conta-própria

- . existência de auxílio para transporte (no caso de local de moradia diferente do local de trabalho)
- . remuneração (por dia, por mês, por tarefa)
 - .. a seco
 - .. com alimentação

d. Procura de Trabalho (período de referência-semana, nos últimos 30 dias e nos últimos 12 meses)

- . providências
- . tempo de procura

- . sobre o trabalho anterior
 - .. ocupação
 - .. local
 - .. posição na ocupação
 - .. tempo decorrido desde a saída
 - .. motivo da saída
- . existência de atividade remunerada ou ajuda em negócios de parentes nos últimos 30 dias
 - .. local
 - .. frequência
 - .. rendimento
- e. Inativos (período de referência - semana, nos últimos 30 dias e nos últimos 12 meses)
 - . para os que já trabalharam alguma vez (sobre o último trabalho)
 - .. ocupação
 - .. local
 - .. posição na ocupação
 - .. tempo decorrido desde a saída
 - .. motivo
 - . disposição para trabalhar
 - .. para os que desejam trabalhar
 - ... última vez que procurou trabalho
 - ... motivo de não procura na semana de referência
 - .. para os que não querem trabalhar
 - ... motivo

ATIVIDADES AGRÍCOLAS

- a. Para pessoas de 5 a 9 anos de idade
 - . realização de alguma tarefa ou serviço (inclusive serviço doméstico)
 - . tipo de tarefa ou serviço realizado
 - .. tarefas ou serviços remunerados
 - .. tarefas ou serviços não remunerados
 - .. afazeres domésticos
 - . a quem ajuda na tarefa não remunerada
 - . local de realização da tarefa

- b. Para pessoas de 10 anos e mais que trabalharam ou tinham trabalho na semana de referência e nos últimos 12 meses

Trabalho principal

- . ocupação
- . posição na ocupação
- . contribuição para a previdência
- . local de trabalho
- . tempo de deslocamento casa-trabalho
- . tamanho do estabelecimento (ha)

Outro trabalho

- . ocupação
- . posição na ocupação
- . contribuição para previdência
- . rendimento
 - .. em dinheiro
 - .. em produtos
- . local de trabalho
- . tamanho do estabelecimento
 - .. se urbano: número de trabalhadores
 - .. se rural: área (ha)

Outros rendimentos

- . aposentadoria
- . pensão
- . aluguel ou arrendamento
- . emprego de capital
- . outros

1º Trabalho

- . ocupação
- . posição na ocupação
- . local de trabalho

Associação ou Filiação a algum Sindicato ou Órgão de Classe

- . filiação a sindicato
- . filiação a associação de classe
- . filiação a cooperativas

C. Posição na Ocupação

Empregado

Empregado Permanente

- . situação contratual
 - .. tipo de contrato: por prazo determinado ou indeterminado; com ou sem carteira assinada
- . caracterização do estabelecimento onde trabalha:
 - .. atividade principal
 - .. área do estabelecimento (ha)
 - .. número de empregados
 - ... permanentes
 - ... temporários
- . tempo de trabalho no estabelecimento
- . local de residência
 - .. no estabelecimento
 - .. fora do estabelecimento
 - ... área rural
 - ... área urbana
- . algum tipo de acesso à terra para plantio e/ou criação: terra própria, cedida, posse, em parceria ou arrendamento
- . se tem acesso à terra que tipo de atividade desenvolve: roça, roçado, horta, pecuária
- . se tem animais de criação - espécie

- . horas semanais trabalhadas
- . tipo de remuneração
 - .. salário por unidade de tempo (hora, semana, mês)
 - .. salário por produção
 - ... unidade de superfície (conta, tarefa, braça, quadra, etc.)
 - ... unidade de medida (saco, tonelada, caixa, braça, quadra, etc.)
 - ... outro (especificar)
- . remuneração mensal
 - .. em dinheiro
 - .. em mercadoria
- . benefícios (existência ou não, forma de recebimento)
 - .. moradia
 - .. alimentação
 - .. transporte
 - .. educação
 - .. saúde
 - .. outros

Empregado Volante ou Temporário

- . forma de recrutamento:
 - .. através de intermediário
 - ... turmeiro (gato, empreiteiro)
 - ... empresa
 - .. diretamente pelo responsável pelo estabelecimento
- . duração do acerto de trabalho: dia, semana, mês, até a execução da empreitada
- . carteira de trabalho assinada ou não (período)
- . o que faz quando não encontra trabalho na agricultura da região onde mora
 - .. não trabalha
 - .. trabalha em outras atividades (especificar)
 - .. migra para outra região
- . local de residência
 - .. no estabelecimento, enquanto dura o trabalho
 - .. fora do estabelecimento
 - ... área rural
 - ... área urbana
- . algum tipo de acesso à terra para plantio e/ou criação: terra própria, cedida, posse, parceria ou arrendamento

. atividade, que desenvolve: roça, roçado, horta e pecuária

. se tem animais de criação.- espécie

. horas semanais trabalhadas

. tipo de remuneração

.. salário por unidade de tempo (hora, semana, mês)

.. salário por produção

... unidade de superfície (conta, tarefa, braça, quadra, etc.)

... unidade de medida (saco, tonelada, caixa, feixe, etc.)

... outro (especificar).

. remuneração mensal:

.. do trabalho livre (sem desconto de alimentação, transporte, moradia)

.. do trabalho cativo (com desconto de alimentação, transporte, moradia)

. benefícios (existência ou não, forma de recebimento)

.. alimentação

.. moradia

.. transporte

.. educação

.. saúde

.. outros

. Trabalhador por conta-própria

. organização da produção: número de trabalhadores não remunerados, número de assalariados ocasionais, outras formas de utilização da mão de obra (troca de dia, adjunto, mutirão)

. atividade principal do estabelecimento

. relação com a terra

.. propriedade

.. posse

.. parceria

.. arrendamento

.. assentamento ou colonização

. se parceiro ou arrendatário

.. relação com o proprietário da terra

... tipo de contrato

... prazos

.. exploração

... produtos determinados pelo proprietário

- ... se há cláusulas de fornecimento de instrumentos de trabalho, sementes, etc.
- ... se há comprometimento da venda da produção ao proprietário

- . se assentado
 - .. projeto de colonização pública ou privada
 - .. documento provisório ou definitivo
- . trabalho secundário: assalariamento ocasional
 - .. frequência com que busca trabalho fora
 - .. quantidade de dias trabalhados
 - .. local de trabalho
- . rendimentos
 - .. provenientes da exploração (inclusive produção para auto consumo)
 - ... em dinheiro
 - ... em mercadorias
 - .. provenientes do trabalho assalariado
 - .. outras receitas (aposentadoria ou pensão)

Empregador

- . forma de relação com a terra
 - .. propriedade
 - .. posse
 - .. parceria
 - .. arrendamento
- . atividade principal do estabelecimento
- . mão de obra utilizada
 - .. empregados permanentes
 - .. empregados temporários
 - .. não remunerados
- . número máximo de empregados temporários que trabalham nas épocas de maiores serviços e nas de menores serviços
- . administração
 - .. própria
 - .. por terceiros
- . rendimentos
 - .. em dinheiro
 - .. em mercadorias
 - .. outras receitas
 - ... emprego de capital
 - ... arrendamento ou aluguel
 - ... outras

Não remunerado

- . discriminar a que membro(s) da família ajuda
- . tipo(s) de tarefa(s) realizada(s)
 - .. serviços domésticos
 - .. trabalho agrícola
 - .. trato de animais
 - .. beneficiamento de produtos
 - .. comercialização
 - .. outras

d. Procura de trabalho (período de referência-semana, nos últimos 30 dias e nos últimos 12 meses)

- . providências
- . tempo de procura
- . sobre o trabalho anterior
 - .. ocupação
 - .. local
 - .. posição na ocupação
 - .. tempo decorrido desde a saída
 - .. motivo da saída
- . existência de atividade remunerada ou ajuda em negócios de parentes nos últimos 30 dias: local, frequência, rendimento

e. Inativos (período de referência-semana, nos últimos 30 dias e nos últimos 12 meses)

- . para os que já trabalharam alguma vez (sobre o último trabalho)
 - .. ocupação
 - .. local
 - .. posição na ocupação
 - .. tempo decorrido desde a saída
 - .. motivo
- . disposição para trabalhar
 - .. para os que desejam trabalhar
 - ... última vez que procurou trabalho
 - ... motivo de não procura na semana de referência
 - .. para os que não querem trabalhar
 - ... motivo

Bibliografia

ABEP - PNAD's em Foco - Anos 80 - publicação do Seminário de Avaliação da PNAD dos anos 80 (Friburgo, junho de 1988).

ABEP/IBGE - Relatório Final do Sub-grupo de Força-de-Trabalho e Rendimentos no Censo Demográfico de 1990, (Informativo da ABEP, 1987).

ÁRIAS, Alfonso Rodrigues - Revisando a PNAD - Força-de-Trabalho à luz dos resultados divulgados na década de 80 in Seminário de Avaliação das PNAD's dos anos 80 (Friburgo: ABEP, jun/1988).

BECCARIA, Luis Alberto - La Medicion del Sector Informal en America Latina - CEPAL (Santiago do Chile: 26/29 set. de 1989)

BRITO, Sebastiana Rodrigues de et alii - O Trabalhador Volante na Agricultura, Revista Brasileira de Geografia, Número 46 (Rio de Janeiro: IBGE, jan/mar. 1984).

BRITO, Sebastiana Rodrigues de e RINALDI MEYER, Doris - Considerações Sobre a Importância de uma PNAD Rural (Rio de Janeiro: IBGE, 1988, mimeo).

BRITO, Sebastiana Rodrigues de e RINALDI MEYER, Doris - Estatísticas Rurais: Subsídios à Reformulação da PNAD (Rio de Janeiro: IBGE, 1988, mimeo).

BRITO, Sebastiana Rodrigues de e RINALDI MEYER, Doris - Projeto de Reformulação da PNAD para a Década de 1990 (Rio de Janeiro: IBGE, 1988, mimeo).

CCE/DECNA/DPE/IBGE - Proposta de Inclusão de Quesitos no CD 90 para Integração de Inquéritos Estatísticos sobre a Economia Informal (Rio de Janeiro: 1989, mimeo).

CONFEST - IIIa. CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESTATÍSTICAS - Síntese do Grupo Estatísticas do Trabalho - Relatora: JANE SOUTO DE OLIVEIRA - (novembro/1989).

DEREN/DPE/IBGE - Repensando a PNAD e a PME (Rio de Janeiro: março/abril de 1988).

FILGUEIRAS JORGE, Angela et alii - Proposta Preliminar para o Corpo Básico da PNAD - 1985 (Rio de Janeiro: IBGE, 1985, mimeo).

FREDRICH, Olga MBL; BRITO, Sebastiana R. e ROCHA, Sonia - **Conceituação e Operacionalização da Categoria de Aglomerados Rurais como Situação de Domicílio para Fins Censitários** - (Revista Brasileira de Estatística, 44 (173/174): 199-225, (Rio de Janeiro, jan/jun, 1983).

FUNDAÇÃO SEADE/DIEESE - **Pesquisa de Emprego e Desemprego** (São Paulo: Fundação SEADE/DIEESE, 1984).

GUIMARÃES, Luís Sérgio Pires - **Reformulação da PNAD** (Rio de Janeiro: IBGE, 1988, mimeo).

IBGE - **Manual de instrução - PNAD-1979, Manual do Entrevistador - PNAD-1987, Manual de Entrevista - PNAD-1988.**

IBGE/CEBRAE - **Microempresas - Censos Econômicos-1985** (Rio de Janeiro: 1989).

IBGE/DEPAM - **Reformulação da PME, 1986**

LEITE LOPES, José Sérgio e MACHADO DA SILVA, Luís Antônio - **Mudança Social no Nordeste - Estudo sobre Trabalhadores Urbanos** (Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1979).

MOORE, Wilbert E. - **"The Exportability of the Labor Force Concept"** - Trabalho apresentado no encontro anual da American Sociological Society, Setembro 3-5, 1982 - Office of Population Research (Princeton University).

MULLER, Geraldo - **A Economia Política do Complexo Agroindustrial Brasileiro** (notas básicas para elaboração de um programa de pesquisa). Boletim de Geografia, número 12 (São Paulo: Abril, 1987).

OIT - **13ª Conferência Internacional de Estadígrafos del Trabajo - 1982** (Genebra: Oficina Internacional del Trabajo, 1983).

OLIVEIRA, Lúcia Elena Garcia de; PORCARO, Rosa Maria e ARAÚJO COSTA, Tereza Cristina - **O Lugar do Negro na Força-de-Trabalho** (Rio de Janeiro, IBGE, 1983).

OLIVEIRA, Zuleica Lopes Cavalcanti de - **Algumas Indicações sobre a Revisão da PNAD** (Rio de Janeiro: IBGE, 1988, mimeo).

OLIVEIRA, Zuleica L. C. de e SEGADAS VIANNA, Marcia C. de - **Proposta de Linha de Estudos na Área da Força-de-Trabalho: Base de Dados PNAD** (Rio de Janeiro: IBGE, 1987, mimeo).

QUINTSLR, Paulo César de Souza - **Documentação Básica** (Rio de Janeiro: IBGE, 1988, mimeo).

RINALDI MEYER, Doris - **Relações de Trabalho na Agricultura Canavieira de Campos** (Rio de Janeiro: IBGE, 1983, mimeo).

RINALDI MEYER, Doris et alii - Emprego, Subemprego e Desemprego (Rio de Janeiro: IBGE, 1981).

RINALDI MEYER, Doris et alii - Proposta PNAD-Rural-1985 (Rio de Janeiro: IBGE, 1985, mimeo).

SEGADAS VIANNA, Marcia Coelho de - Projeto de Reformulação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD - Documento Preliminar sobre a análise estrutural da PNAD (conceitos, características das pessoas e dos domicílios) - (Rio de Janeiro: IBGE, 1988, mimeo).

SEMINÁRIO INTERNO da PNAD - As Estatísticas Estruturais Básicas para a Década de 90 (Rio de Janeiro: IBGE, ago/set. 1988).

SENRA, Nelson de Castro - PNAD nos Anos 90 (as experiências dos produtores e dos usuários em dialética de cooperação) (Rio de Janeiro: IBGE, 1988, mimeo).

SENRA, Nelson de Castro - A PNAD e seus Suplementos (Rio de Janeiro: DEREN/DPE, IBGE, 1988, mimeo).

SENRA, Nelson de Castro e QUINTSLR, Paulo César de Souza - Revisão da PNAD para os Anos 90 (Rio de Janeiro: IBGE, 1989, mimeo).

SIGAUD, Lygia - Os Clandestinos e os Direitos (São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1979).

SILVA JR., Ary; RINALDI MEYER, Doris e MARCIER, Maria Hortense F. Costa - Emprego Rural: Uma Análise Crítica das Categorias dos Censos Agropecuários e das Estatísticas Cadastrais - Revista Brasileira de Estatística, número 45 (Rio de Janeiro: IBGE, jul/dez, 1984).

SOUTO DE OLIVEIRA, Jane - A Reposição do Suor - tese de mestrado, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1980, in Oliveira, Lúcia Elena Garcia de et alii. - O Lugar do Negro na Força-de-Trabalho (Rio de Janeiro, IBGE, 1983).

SOUTO DE OLIVEIRA, Jane - Sobre o Suplemento da PNAD-89 (Rio de Janeiro: IBGE, 1989, mimeo).

TROYANO, Annez Andraus et alii - A Necessidade de Uma Nova Conceituação de Emprego e Desemprego: A pesquisa da Fundação SEADE/DIEESE - Revista Fundação SEADE, v.1, número 1 (São Paulo: 1985).

UNITED NATIONS - Development of Guidelines on National Accounts for Women's Contribution to Development - XXV Sessão da Comissão de Estatística, 1989.

UNITED NATIONS - International Classification of Status in Employment - Report of the International Labour Office - XXV Sessão da Comissão de Estatística, 1989.

UNITED NATIONS - International Co-ordination of Social Statistics and Indicators on Special Population Groups - XXV Sessão da Comissão de Estatística - 1989.

UNITED NATIONS - Population Census Methods - Population Studies, número 4, (Lake Success, New York: november 1949).

UNITED NATIONS - Sex and Age Patterns of Participation in Economic Activities, Report 1 of Demographic Aspects of Manpower - Population Studies, número 33 (New York: 1962).

ZUNIGA, Luis - Las Estadísticas de la Fuerza de Trabajo y la Educacion en el Estudio de Los Recursos Humanos - Proposicion de un Subsistema de Estadísticas y Elementos para el Analisis de Informacion - Programa de Actividades Conjuntas, ELAS/CELADE, (Santiago de Chile, junio de 1976).

RELATÓRIO DAS CONTRIBUIÇÕES

AO MÓDULO I - A QUESTÃO CONCEITUAL

DORIS LUZ RINALDI
MARCIA COELHO DE SEGADAS VIANNA
MARISA BRANDÃO ROCHA
PAULO JAGER
SEBASTIANA RODRIGUES DE BRITO

SUMÁRIO

Introdução	76
Contribuições externas	78
Gerais	78
Grupos de ocupação	78
Posição na ocupação	79
Empregado	79
Empregador	80
Local de trabalho	80
Rendimento	80
Mobilidade ocupacional	81
Desemprego e inatividade	81
Família	81
Educação	81
Mobilidade espacial	81
Contribuições internas	82
Trabalho	82
Associação ou filiação a sindicatos e órgãos de classe ..	84
Características dos domicílios	85
Educação	87
Características demográficas	89
Menor	91
Família	92
Outras sugestões	95

INTRODUÇÃO

Como foi afirmado no Módulo I - A Questão Conceitual - as propostas de revisão da PNAD para a década de 90, ali apresentadas, constituíram-se em uma primeira versão a ser submetida a uma discussão com a comunidade científica interna e externa ao IBGE.

O debate destas propostas iniciou-se na III Conferência Nacional de Estatística, realizada nos dias 07, 08 e 09 de novembro de 1989, no Hotel Nacional, RJ. As sugestões apresentadas constam do documento "Síntese do Grupo Estatísticas do Trabalho"(1) e foram incorporadas ao próprio texto do Módulo I. Em seguida foram feitos dois seminários internos ao IBGE. O primeiro deles, no dia 19 de janeiro de 1990, no Departamento de Emprego e Rendimento e o seguinte promovido pela Diretoria de Pesquisas, no dia 14 de fevereiro de 1990.

Além da apresentação oral das propostas por parte dos técnicos responsáveis pela sua elaboração, procedimento adotado nesses debates iniciais, contactou-se a comunidade científica interna e externa através do envio do Módulo I, com a solicitação de críticas e sugestões, sob a forma de consulta.

A consulta à comunidade científica externa ao IBGE dirigiu-se a vários especialistas nos diversos temas que são objeto de pesquisa da PNAD. A estes pesquisadores enviou-se um exemplar do Módulo I e, em anexo, um formulário para que fizessem as críticas e/ou sugestões. Os 126 exemplares foram enviados em fins de janeiro, contendo uma solicitação de que os formulários fossem remetidos até 15/03/90. Na verdade, este prazo foi informalmente dilatado e aceitou-se respostas após o dia estipulado. Cabe assinalar que as respostas recebidas corresponderam a aproximadamente 10% dos questionários enviados.

Quanto às consultas internas, optou-se pela realização de reuniões entre os técnicos do DEREN e técnicos dos Departamentos do IBGE. Nesse sentido foram efetivados encontros com técnicos do DEAGRO, DEPOP, DECNA, DEGEO e DEISO, sendo que, em relação a este último, realizaram-se várias reuniões com o objetivo de discutir temas específicos. Por ocasião desses encontros, foi solicitado aos técnicos destes departamentos um resumo por escrito de suas críticas e sugestões.

(1) CONFEST - III Conferência Nacional de Estatísticas - Síntese do Grupo Estatísticas do trabalho - Relatora: Jane Souto de Oliveira. Nov/1989.

O texto que se segue procura fazer um relato de todas as contribuições, internas e externas, devendo-se ressaltar que tais sugestões deverão ser objeto de um debate mais aprofundado, que decidirá sobre a viabilidade de sua incorporação à pesquisa(*)).

(*) Enviaram contribuições por escrito os seguintes pesquisadores:

a) externos ao IBGE: Ademar Ribeiro Romeiro (UFF); Aldo Payanti (UNB); Anita Kon (FGV/SP); Godeardo Baquero Miguel (MEC-SEEC); Jorge Jatobá (PI-MES/UFPE); Leonardo Guimarães Neto (Fundação Joaquim Nabuco); Luís Carlos Eichenberg Silva (IEI/UFRJ); Ramonaval Augusto Costa (UNB) e Thomas Controt (UNB).

b) do IBGE: Antonio de Ponte Jardim (DEPOP); Celso Cardoso da Silva Simões (DEISO); Elisa Lustosa Caillaux (DEISO); Francisca Laide de Oliveira (DEISO); Helena Alvim, Castello Branco (DEISO); José Carmelo Braz de Carvalho (DEISO); Lillian Maria Miller (DEISO); Luiz Antonio Pinto de Oliveira (DEISO); Maria das Graças Mangueira Este (DEISO); Regina de Paula Santos Prado (DEISO) e Departamento de Contas Nacionais (DECNA).

CONTRIBUIÇÕES EXTERNAS

GERAIS

As críticas e sugestões externas apontaram, em termos gerais, uma série de questões.

Cabe inicialmente assinalar uma preocupação com a dificuldade e precariedade de se pesquisar dados sobre estabelecimento a partir dos indivíduos nos domicílios. Na verdade, a inclusão de alguns quesitos sobre o estabelecimento de trabalho visa a dois objetivos básicos: primeiro, proporcionar uma visão geral do estabelecimento de trabalho do informante - à semelhança do Censo Demográfico/1990 que investiga, entre outras informações, o local de trabalho, o número de trabalhadores envolvidos e a atividade do empreendimento - e, segundo, como um subproduto, apontar os estabelecimentos que funcionam nos próprios domicílios - informação nem sempre obtível em pesquisas não-domiciliares.

Ainda enquanto preocupações, abordou-se a questão do desenho da amostra para a PNAD-Agrícola: da necessidade de se garantir um mínimo de comparabilidade histórica entre as PNAD's passadas e a nova PNAD que resultará deste Projeto de Revisão; e de se tomar cuidado com o grau de precisão pretendido que pode ser difícil de atingir devido a um detalhamento excessivo na investigação dos quesitos.

Já enquanto uma crítica, apontou-se um possível exagero no tratamento das especificidades do setor agrícola, dadas suas reduzidas dimensões quantitativas.

Por fim, a título de sugestão, colocou-se a necessidade de se pensar a Revisão da PNAD no contexto mais amplo do sistema de informações estatísticas que se pretende construir no IBGE. Contudo pode-se dizer que esta discussão, embora necessária, extrapola o âmbito do Projeto de Revisão em andamento.

GRUPOS DE OCUPAÇÃO

Em relação aos grupos de ocupação foram feitas duas sugestões, uma de caráter mais amplo e outra mais específica.

Sugeriu-se uma rediscussão dos conceitos de grupos de ocupação, de forma a permitir uma análise do ponto de vista da qualificação da mão-de-obra.

O Módulo 1 do Projeto de Revisão da PNAD propõe a investigação tanto da ocupação quanto da formação da mão-de-obra. Desta forma, informações sobre qualificação da mão-de-obra relacionadas aos grupos de ocupação podem ser obtidas a partir do cruzamento dos dados sobre ocupação e formação profissional.

No que se refere à rediscussão dos conceitos de **grupos de ocupação** é válido observar que a mesma não pode ser efetivada em um projeto desta natureza. Uma vez que esses conceitos dizem respeito a diversas pesquisas da instituição, essa discussão deve se dar num âmbito mais amplo para que se preserve a comparabilidade entre os vários levantamentos.

Uma outra sugestão é a de que, ao se indagar sobre a ocupação, se apresente ao informante uma lista com uma gama de ocupações de modo a uniformizar e tornar mais corretas as respostas. Embora estes aspectos sejam importantes, não se pode perder de vista que a opinião primeira do informante acerca de sua ocupação também tem sua importância analítica. Ou, por outro lado, a apresentação prévia de uma lista de ocupações pode induzir respostas.

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

Sobre a **posição na ocupação** foi sugerido que se investigasse as mudanças de posição na ocupação dos trabalhadores, tendo como período de referência os últimos doze meses. O Módulo 1 do Projeto de Revisão já propõe tal investigação. Ao se perguntar para o informante sobre seu **trabalho principal** e sobre seu **outro trabalho**, pode-se captar sua múltipla inserção no mercado de trabalho nos últimos doze meses. No caso do **empregado volante ou temporário** e do **trabalhador por conta-própria** engajados em atividade agrícola, investiga-se ainda mais diretamente o fenômeno.

EMPREGADO

A categoria **empregado**, conforme as proposições do Módulo 1, motivou uma sugestão e uma crítica por parte dos pesquisadores consultados.

De fato, a sugestão de que se indague da contribuição à Previdência Social por parte dos trabalhadores sem carteira assinada não procede, uma vez que o Módulo 1 propõe investigar a contribuição para a Previdência (tanto para o **trabalho principal** quanto para o **outro trabalho**), independentemente da posição na ocupação e do fato de se ter carteira assinada ou não.

Quanto à crítica, esta se refere à categorização distinta de **empregado do setor público** - principalmente empregados de estatais produtivas - e **empregado do setor privado**; não haveria utilidade analítica nesta discriminação. Do ponto de vista das relações de trabalho - e é esse o enfoque priorizado pela proposta conceitual da Revisão - são suficientes as motivações que justificam o corte analítico empregado do setor público/empregado do setor privado. Considere-se como exemplo representativo a estabilidade no emprego de uma e outra categorias.

EMPREGADOR

No que respeita à categoria **empregador**, foi sugerido que se investigue o número de empregados por ele contratados. De acordo com o proposto no Módulo 1 é essencial a investigação do número de trabalhadores empregados para a correta caracterização do empregador.

Há, ainda, uma sugestão de que se investigue junto aos empregadores agrícolas, principalmente proprietários, problemas específicos ocorridos na utilização da mão-de-obra (permanente, temporária, etc) e, também, as transformações acontecidas no perfil desta mão-de-obra em decorrência daqueles problemas. Considerando os objetivos propostos pelo Projeto de Revisão da PNAD e as próprias características desta Pesquisa - ser de âmbito nacional e por amostra de domicílios - compreende-se que tal sugestão não se enquadra em seu escopo.

LOCAL DE TRABALHO

Sobre a investigação de **local de trabalho** sugeriu-se a inclusão do item **ambulante** quando se tratar de trabalho em **via pública**, de forma a caracterizá-lo como local de trabalho fixo ou não. Considera-se importante esta caracterização, porém, a utilização da categoria **ambulante** para tanto não é adequada uma vez que não se refere a local de trabalho e sim à pessoa do informante.

RENDIMENTO

O tema **rendimento** suscitou uma série de sugestões. No que se refere aos empregados apontou-se a necessidade de se investigar tanto a forma (se mensal, quinzenal, por trabalho acabado, etc.), quanto o tipo (se em moeda e/ou espécie) da remuneração. Vale registrar que a proposta de Revisão, no seu Módulo 1, já contempla tais sugestões.

Ainda em relação à renda dos empregados, fazer a investigação de outros benefícios, como recebimentos em vestuário, cesta básica, ticket cultural, etc, que não constam da lista de benefícios proposta no Módulo 1. Entende-se que estas informações, dadas sua especificidade e reduzida amplitude quantitativa, não cabe à PNAD investigar.

Há, também, uma demanda no sentido de que, ao se pesquisar **rendimento**, seja verificado se este é bruto ou líquido para melhor avaliar o poder de compra dos consumidores. Embora esta demanda proceda, sua operacionalização apresenta uma série de dificuldades. Isto porque a idéia que os informantes têm do que vem a ser **rendimento líquido**, além de não se mostrar homogênea, no geral difere substancialmente de sua conceituação teórica.

MOBILIDADE OCUPACIONAL

Quanto à mobilidade ocupacional sugeriu-se a investigação do tempo em que o trabalhador se encontra na atual ocupação e também a investigação de sua ocupação anterior.

DESEMPREGO E INATIVIDADE

Foi sugerida a investigação da procura de **outro emprego** para pessoas que se encontram trabalhando. Tal proposta, na verdade, já está contemplada pelo Módulo 1 quando este trata da questão do **desemprego disfarçado**. Esta sugestão inclui, ainda, a averiguação do tipo de emprego procurado. Observa-se que a resposta a este quesito embutirá grande margem de erro não-amostal devido à dificuldade com que se defrontará o informante, salvo algumas exceções, em caracterizar minimamente o tipo de emprego que está procurando.

Outra sugestão foi dada no sentido de se investigar quem nunca trabalhou, tendo como motivo, por exemplo, nunca ter procurado emprego. Este é um fenômeno que não cabe à PNAD investigar dada a sua significância para os objetivos da Pesquisa.

FAMÍLIA

Para o tema família fez-se a sugestão de se incluir a categoria **agregados** na investigação dos habitantes do domicílio não pertencentes à família. A proposta de Revisão, Módulo 1, dá conta desta questão quando trata das **características individuais e da família**.

EDUCAÇÃO

Sugeriu-se que neste item fosse perguntado, separadamente, se o informante sabe ler ou escrever, já que uma situação não implica necessariamente a ocorrência da outra.

MOBILIDADE ESPACIAL

Criticou-se a proposta de investigação do item sobre **mobilidade espacial** da força-de-trabalho, constante no Módulo 1, como sendo muito sumária. Não permitiria, por exemplo, analisar a "mobilidade residencial" no interior de uma área metropolitana. O Módulo 1 trata da questão da mobilidade espacial da força-de-trabalho, mas não a um nível de detalhamento que permita medir a "mobilidade residencial".

CONTRIBUIÇÕES INTERNAS

TRABALHO

No que se refere à espinha dorsal da pesquisa, isto é, à investigação do tema **trabalho**, os representantes dos departamentos que participaram das discussões do Módulo I fizeram considerações de ordem geral e apresentaram algumas sugestões.

Em relação às questões gerais manifestou-se a preocupação com a comparabilidade entre as fontes de dados produzidos pelo IBGE, no sentido de que a equipe de revisão da PNAD leve em consideração essa questão na reformulação dos conceitos que orientam a investigação. Tal questão, por sua vez, foi objeto de reflexão quando da elaboração do Módulo I, sendo que parte das propostas de reformulação do item **posição na ocupação**, em particular aquelas relativas à PNAD Não-Agrícola, seguem as proposições para o Censo Demográfico de 90. Quando há divergência nos conceitos, como por exemplo em relação à definição do **trabalhador não-remunerado**, a proposta de adoção do critério recomendado pela OIT, que baixa o limite mínimo de horas trabalhadas a **1 hora pelo menos**, não chega a impossibilitar que os dados sejam comparáveis, na medida em que se pretende captar a informação com uma desagregação tal que possibilite recompor a categoria de **não-remunerados** segundo os critérios tradicionais.

Chamou-se a atenção também sobre a necessidade de uma investigação mais detalhada sobre rendimento, tendo sido destacada a importância de se preservar a possibilidade de recuperar a renda pela PNAD de forma compatível com as Pesquisas de Orçamento Familiar, sem que isso impeça, contudo, as reformulações que se façam necessárias.

Quanto às sugestões, destacamos, de início, aquelas referentes à questão da regularidade e da formalidade/informalidade do trabalho.

1) Regularidade do Trabalho

Sugeriu-se pesquisar para todas as pessoas ocupadas e remuneradas o número de meses trabalhados no ano, dada a sazonalidade do mercado de trabalho na agricultura e a irregularidade de trabalho principalmente no mercado informal urbano.

O problema da sazonalidade e da intermitência do trabalho foi objeto de reflexão do Módulo I, tendo resultado numa proposta de ampliação do período de referência utilizado pela PNAD atual para coletar as informações. No roteiro apresentado ao final do documento propõe-se

que a investigação tome, além da semana, os últimos 12 meses como referência, justamente para poder apreender esse tipo de variação. Entretanto, a captação do número de meses trabalhados no ano não está prevista nesse roteiro e, a princípio, pode ser vista como elemento de complementação da proposta.

2) Formalidade/Informalidade do Trabalho

O Módulo I procurou discutir essa questão principalmente com o objetivo de formular propostas de revisão da PNAD que a tornassem mais adequada à apreensão das características do chamado mercado informal de trabalho. As sugestões apresentadas destacam, por um lado, a importância do Estado como regulador das atividades econômicas e, nesse sentido, a necessidade de se investigar, além da posse de carteira de trabalho por parte dos empregados, a posse (registro ou pagamento) de ISS, alvará, etc., instrumentos que regulam as atividades dos trabalhadores por conta-própria. Vale lembrar, entretanto, que a prefeitura do Rio de Janeiro, por exemplo, aboliu a cobrança do ISS para os autônomos.

Por outro lado, recomendou-se a abertura de alguns quesitos com o objetivo de complementar as informações sobre formalidade/informalidade do trabalho. Por exemplo, no quesito que investiga o **local de trabalho** incluir, no caso do empregado, as alternativas - **em domicílio de outrem e em via pública**. Isto facilitaria, como foi argumentado, a identificação dos empregados de pequenos negócios ou pequenas fábricas de fundo de quintal. Da mesma maneira, no caso do empregador, recomendou-se incluir o próprio domicílio como local de trabalho, com vistas ao estabelecimento de uma distinção mais nítida entre pequenos e grandes empregadores.

Outras sugestões incidiram sobre questões relativas à caracterização do desemprego. A respeito dos **desalentados** - aquelas pessoas que "não estão trabalhando, procuraram trabalho nos últimos 12 meses e não procuraram no período de 30 dias por falta de recursos financeiros, problemas familiares, por doença ou desistiram de procurar porque pensam que não vão conseguir, mas continuam dispostas a trabalhar" (Definição da PED citada no Mód.I em "o desemprego e a inatividade") - foi sugerido que não se incluísse nessa categoria aqueles que desistiram de procurar trabalho por motivos pessoais. Tal sugestão parte da consideração de que a situação do **desalentado** reflete a impossibilidade do mercado de trabalho absorver mão-de-obra, não se justificando a inclusão de situações em que não houve absorção em virtude da inexistência de procura de trabalho.

Entretanto, como já assinalado no Módulo I, o **desalentado** é justamente aquele que, estando disponível para o trabalho, não procurou trabalho por uma série de razões. Tal formulação vem ao encontro das recomendações da OIT que dispensa a procura de trabalho na caracterização do desemprego "em situações em que os meios convencionais de procura de trabalho são insuficientes, em que o mercado de trabalho está

desorganizado ou é de alcance limitado..." (Mód.I em "o desemprego e a inatividade"). Nesse sentido, a inclusão da categoria **desalentado**, além de possibilitar a apreensão da desorganização do mercado de trabalho e das suas limitações em absorver a mão-de-obra, permite captar de forma mais adequada a força-de-trabalho potencial. Acrescente-se a isso que, segundo a classificação utilizada pela PED e seguida na proposta de Revisão, a inexistência de procura de trabalho limita-se aos últimos 30 dias, sendo considerada a intenção de obter trabalho e de efetivamente procurá-lo nos últimos doze meses.

Sugeriu-se, ainda, que fosse perguntado, para aqueles que não estavam ocupados na semana e que procuraram trabalho, sobre o rendimento do último trabalho, além das informações já propostas no roteiro.

ASSOCIAÇÃO OU FILIAÇÃO A SINDICATOS E ÓRGÃOS DE CLASSE

Em relação a esse tema, foi manifestada a preocupação quanto à forma como a informação será levantada, recomendando-se que este item admita múltipla marcação: **filiação a associação de classe e/ou sindicato e/ou órgão comunitário**.

Quanto à **filiação a associação de classe** considerou-se interessante coletar a informação em separado para **associação de empregados e associação de empregadores**. Da mesma maneira, sugeriu-se discriminar o tipo de sindicato a que o informante está filiado, de acordo com a seguinte categorização:

Sindicato de Empregadores Urbanos

Sindicato de Agentes Autônomos

Sindicato de Empregados Urbanos

Sindicato de Profissionais Liberais

Sindicato de Trabalhadores Autônomos

Sindicato de Empregadores Rurais

Sindicato de Trabalhadores Rurais

Não sabe especificar

Tal sugestão visa a obter algumas informações que complementem os dados levantados pela Pesquisa Sindical, de caráter institucional, realizada pelo DEISO-IBGE. Essa pesquisa levanta, junto aos sindicatos, o número de associados, mas dada a desorganização administrativa de muitas destas entidades, esta informação é pouco precisa. Além disso, ainda que hajam determinadas exigências formais

para que uma pessoa se filie a um sindicato, ligadas diretamente à profissão que exerce, há casos em que essas exigências não são observadas. Por exemplo, para filiar-se a um Sindicato de Trabalhadores Rurais é necessário que a pessoa exerça uma atividade agrícola. Entretanto, há casos de trabalhadores que não exercem esse tipo de atividade e que se filiam a essa entidade, tendo em vista os benefícios assistenciais que este sindicato pode lhe oferecer. O cruzamento do tipo de atividade exercida pelo informante com o tipo de sindicato a que está filiado, nesse sentido, pode ser interessante para apreender a dimensão desta ocorrência.

Em relação à filiação a algum órgão comunitário recomendou-se a especificação do órgão, nos moldes do Suplemento sobre Participação Política e Social da PNAD 88:

Associações de bairro ou de moradores

Associação religiosa ou filantrópica

Associação esportiva ou cultural

Outros

Sugeriu-se, ainda, a investigação de filiação a partidos políticos nos moldes também do Suplemento 88 ("É filiado a algum partido político: SIM/NÃO").

Finalmente, sugeriu-se que o quesito ocupação fosse levantado de forma mais discriminada para que pudesse ser compatibilizado com as categorias econômicas e profissionais com que trabalha a Pesquisa Sindical e que estão baseadas na CLT.

CARACTERÍSTICAS DOS DOMICÍLIOS

A discussão em torno do tema características dos domicílios versou basicamente sobre a necessidade de serem suprimidos alguns itens constantes no Roteiro do Módulo I, assim como sobre a importância de se compatibilizar os quesitos de investigação da futura PNAD com os adotados no Censo Demográfico de 1990. Recomendou-se, ainda, a introdução de algumas mudanças relativas a alguns itens específicos do Censo Demográfico, como, por exemplo, os relacionados com as características de adequação de esgoto e instalações sanitárias.

Dentre os itens a serem suprimidos, o primeiro refere-se à localização do domicílio em imóvel de tipo rústico ou precário, e o segundo em quarto ou cômodo. Justificou-se, no caso da característica rústico ou precário, o fato de ter sido a mesma eliminada no Censo

Demográfico 90, dada a dificuldade de sua determinação pelo pesquisador em campo. Há certa arbitrariedade na definição de rústico ou precário, não sendo realizada avaliação sobre a qualidade dos materiais utilizados na construção e de sua instalação. Quanto ao item referente ao tipo de moradia em quarto ou cômodo, observou-se que há uma duplicação do mesmo no Roteiro, tendo em vista que ele será captado na pergunta sobre número de cômodos do domicílio.

No que concerne às modificações a serem introduzidas no conjunto de quesitos que compõem o bloco **características do domicílio** no Censo Demográfico de 1990(2), a primeira diz respeito à situação de aparelhos sanitários, que não consta nesse bloco. Sugere-se que sejam pesquisados a existência e o uso dos mesmos, indagando-se, no primeiro item, se há ou não aparelho sanitário, se dentro ou fora do domicílio - neste caso averiguar se se trata de fossa seca (casinha) ou de outro tipo (cabeça-de-porco, etc.) - e quanto ao uso, pesquisar se só do domicílio ou comum a mais de um. Em relação ao esgotamento sanitário, foi recomendada modificação nos quesitos do Censo Demográfico a serem adotados na PNAD, introduzindo-se o termo **rede coletora de esgoto** - em lugar de **rede geral** - e no que se refere à **fossa séptica**, qualificá-la em **ligada ou não à rede coletora de esgoto**, mantendo-se o tipo **vala negra**, além das alternativas **outro e não sabe**.

Outra inovação proposta reportando-se à necessidade de pesquisar o estado de conservação dos domicílios, foi justificada pelo fato de não ser levado habitualmente em conta, nas investigações sobre as condições de vida, o estado de manutenção da moradia e a qualidade dos materiais ou de sua instalação. No entanto, acredita-se que a efetivação da pesquisa dessas características parece problemática, dada a dificuldade de se estabelecer critérios objetivos para mensurá-las.

Resta, ainda, destacar a relevância que foi dada à investigação, na condição de ocupação do domicílio, do quesito referente à **condição de posse do terreno**, como efetivado no suplemento da PNAD 77, e também proposto para o Censo Demográfico 90. Sugeriu-se que seja averiguado se o informante já terminou de pagar o terreno e/ou a construção.

Além disso, recomendou-se que o item do Roteiro relativo à **posse de instrumentos de trabalho**, na PNAD agrícola, seja deslocado para as características do trabalho, enfatizando-se, também, a necessidade de se pesquisar a condição de posse dos mesmos.

(2) Uma vez que não foi possível o acesso ao questionário definitivo do Censo Demográfico 90, a referência é feita ao questionário do Censo Demográfico realizado como teste, em Limeira, S.P.

EDUCAÇÃO

As sugestões apresentadas para o aprimoramento da investigação de aspectos relativos à educação contidos no Roteiro da futura PNAD estão relacionadas, basicamente, a experiências anteriores de pesquisas desse tema realizadas no IBGE, especialmente as ocorridas nas PNAD's de 1976, 1979 e 1982. Partindo-se de avaliações dos resultados obtidos nestas pesquisas, foram sugeridas mudanças que dizem respeito aos seguintes itens:

- saber ler e escrever ;
- freqüenta escola pública ou particular ;
- motivos da não-freqüência à escola;
- escolarização/escolaridade em ensino regular e supletivo;
- treinamento e profissionalização da mão-de-obra;
- tempo de deslocamento casa-escola.

Em relação ao primeiro item foi considerado na proposta que as tentativas implementadas de dimensionar fenômenos de regressão ao analfabetismo, diferenciação entre habilidades de ler versus a de escrever, de escalonar graus de dificuldade entre escrever o nome e escrever um bilhete , não apresentaram resultados de significância estatística esperada nas referidas PNAD's. Considerou-se, também, que a distância entre o conceito definido para saber ler e escrever um bilhete simples no idioma que usa e a formulação apresentada, no campo, pelo entrevistador deve ser considerada no processo de revisão da futura PNAD. Além disso, foi enfatizado o quadro irreal nas taxas de analfabetismo para os grupos etários entre 10 a 19 anos em várias áreas urbanas e metropolitanas, face às estimativas sobre população deficiente incapaz de ler e escrever, e comparativamente a outras pesquisas institucionais em escolas.

Frente a estas constatações foi proposto ao DEREN que o quesito sobre alfabetização seja: a) verbalizado por inteiro aos entrevistados , isto é, saber ler e escrever um bilhete simples , b) e acompanhado da apresentação de um texto ou mensagem impressa pelo IBGE, que não será usado como teste efetivo para sabatar o entrevistado, mas apenas para oferecer-lhe uma indicação visual sobre o conteúdo e/ou forma de domínio de leitura e de escrever, definidos na conceituação do IBGE e operacionalizados no quesito formulado ao informante .

O quesito **freqüenta escola pública ou particular**, embora relevante, apresenta problemas na sua captação em pesquisa domiciliar, dada a existência de diferentes combinações de características que permeiam escolas públicas e privadas, dificultando a identificação das mesmas pelos informantes. Sugeriu-se, portanto, a supressão, mas incluindo uma demanda de investigação periódica sobre os custos diretos que incidem sobre as famílias nas várias despesas de matrícula, caixa escolar, outras taxas, no sentido de avaliar características da escola pública e privada, e de averiguar o ônus da própria escolarização pública e gratuita.

Se o informante não puder escolher o motivo da não freqüência à escola a partir de uma lista de alternativas impressas num cartão, sugere-se o desdobramento do quesito em várias perguntas ou, então, que seja obtida a resposta por meio de perguntas em forma dialogal, a fim de se evitar a alta freqüência de respostas **outros motivos**.

No que se refere aos itens do tema Educação, do Anteprojeto do DEREN - curso de grau mais elevado que concluiu, espécie de curso que freqüenta ou freqüentou e educação não formal - foi sugerida modificação no sentido de reagrupá-los em apenas dois. Tem-se, assim: 1) um item **escolarização/ escolaridade em ensino regular e supletivo**, e 2) um item **acessibilidade às formas de treinamento e profissionalização da mão-de-obra nos sistemas formais e no trabalho**.

O item referente à **escolaridade** - o nível alcançado no sistema de ensino em séries, graus e modalidades de curso - poderá ser investigado com a utilização dos mesmos quesitos do Censo Demográfico. Para o recenseamento de 1990 adotaram-se quesitos que dizem respeito a: Saber ler e escrever, só ler, não sabe, grau da série que freqüenta, série que freqüenta, freqüência a curso não seriado, grau da última série que concluiu, última série que concluiu e espécie do curso mais elevado que concluiu.

No que diz respeito ao item da **preparação profissional**, de **treinamento formal ou no trabalho**, foi recomendado que o mesmo seja pesquisado de forma mais ampliada, não se restringindo ao quesito **fez ou está fazendo algum curso de treinamento profissional**, conforme ocorreu na PNAD 76. Ou seja, o conceito preparação profissional poderá ser investigado de forma desdobrada, destacando-se os seguintes aspectos: 1) **Ter recebido ou estar recebendo preparação profissional**. Neste caso a questão será desdobrada em: a) **de modo formal** - em cursos do sistema regular de ensino do sistema supletivo de profissionalização, b) **de modo não formal** - na empresa ou fora desta, e c) **duração de um ou outro modo**. 2) Estabelecer articulações dos aspectos relativos a preparação e treinamento com as características da mobilidade ocupacional e melhoria salarial.

Finalmente, na investigação do item tempo e meio de deslocamento casa-escola devem ser levadas em consideração duas ordens de problemas, isto é, a de saber se se busca pesquisar as condições objetivas do estudante trabalhador no trajeto casa-escola-trabalho, ou se se procura dimensionar a adequação da rede escolar instalada em relação também aos dependentes do trabalhador. No primeiro caso ter-se-ia que articular, igualmente, a atividade econômica exercida pelo trabalhador, suas possíveis motivações não econômicas do estudo/treinamento, não se restringindo à dimensão do trajeto casa-escola-casa. Quanto ao segundo, já foi constatado, através da PNAD 82, que prevalecia o percurso de 15 minutos a pé, no trajeto casa-escola, não se apresentando, portanto, como um item expressivo a ser considerado na investigação.

CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS

Em relação às características demográficas, foram elaboradas, por especialistas da área, propostas que contemplam a questão da fecundidade e da mortalidade além da mobilidade espacial da força-de-trabalho. Deste modo, seguem-se as sugestões feitas e sua justificativa, de forma sumária.

De modo geral, argumenta-se que a investigação de quesitos demográficos na PNAD, em sendo esta pesquisa uma fonte importante de informação para os períodos intercensitários, deve, também, fornecer as principais tendências dos eventos vitais da população e da mobilidade populacional.

1.. Fecundidade e Mortalidade

O tamanho da população e a sua distribuição são influenciados pelos nascimentos, óbitos e uniões que, por sua vez, afetam o estoque potencial da força-de-trabalho. A obtenção de indicadores demográficos importantes como as taxas de fecundidade, de mortalidade, esperança de vida ao nascer, entre outros, relacionados às variáveis sociais e econômicas poderiam indicar os diferentes padrões de reprodução social bem como suas diferenças regionais.

Ainda ressalta-se que, historicamente, a PNAD sempre procurou acompanhar o processo de transição demográfica brasileiro. Por isto, e pelas limitações que ainda se impõem em outras fontes de informação, como o Registro Civil, considera-se que há necessidade de inclusão de um número mínimo de quesitos que permitam a obtenção dos indicadores demográficos desejados..

A proposta sugere que sejam investigadas, para todas as mulheres de 10 a 54 anos, as seguintes informações: número de filhos nascidos mortos, número de filhos tidos nascidos vivos, número de filhos tidos nascidos vivos que morreram; além de indagar, para o último filho nascido vivo, o mês e o ano de nascimento, bem como se está vivo.

2. Mobilidade Espacial da Força-de-Trabalho

A justificativa de introdução de quesitos sobre esta temática no corpo básico da PNAD é apresentada, de um lado, pela necessidade de se verificar o deslocamento de importantes segmentos da força-de-trabalho nos períodos intercensitários, em seus grandes movimentos migratórios. Por outro lado, pela importância de um acompanhamento das mudanças ocorridas em termos de tendências dos movimentos migratórios recentes, que se supõe estarem apontando no sentido de uma diversificação de movimentos migratórios intra e inter-regionais, inclusive de um possível crescimento da denominada migração de retorno face às mudanças provocadas pela crise econômica a partir dos anos 80. Como apontado por técnicos do IBGE, a não inclusão de quesitos específicos sobre migrações na PNAD impossibilitou a avaliação da composição e magnitude destes fluxos migratórios, sendo cada vez mais premente esta demanda também a nível externo ao IBGE.

Finalmente, a proposta de inclusão de quesitos sobre esta temática enfatiza que, mais uma vez, a PNAD está melhor adaptada a captar grandes movimentos recentes sem perda de representatividade, do que a realizar investigações mais aprofundadas a respeito da questão migratória.

Tomando como referência a data de realização do Censo de 1990, é sugerido o levantamento das seguintes informações: Unidade da Federação de Nascimento ou País Estrangeiro, se a pessoa nasceu no município em que reside, tempo de residência no Município além da Unidade da Federação e da situação do domicílio em que morava em 1º de setembro de 1990.

Sugeriu-se, ainda, em relação à mobilidade espacial da força-de-trabalho, a introdução de perguntas sobre o tipo de atividade e a posição na ocupação no município anterior de residência, com o objetivo de se obter cruzamento da atividade atual com a anterior. Analogamente, o mesmo cruzamento seria obtido com a posição na ocupação. Deste modo ter-se-ia, além da mobilidade espacial da força-de-trabalho, as mudanças entre categorias sócio-econômicas a nível espacial.

MENOR

Embora não tenha sido apresentada por escrito ao DEREN, conforme solicitado, uma justificativa da importância de alterações neste tema a serem feitas na proposta de Revisão da PNAD, segue-se um relato das contribuições feitas, em reunião, a respeito das atividades produtivas do menor.

Inicialmente, foi colocado que uma semana é um período de referência curto para captar este tipo de trabalho. Por outro lado, foi alertado que o conceito de trabalho do menor, semelhante àquele adotado para a população de 10 anos e mais, tal como fez o Censo Demográfico de 1980, é problemático, pois, nem sempre são seguidas determinadas regras da regulamentação do trabalho do menor, tais como, uma jornada de trabalho determinada, carteira assinada, etc. Sendo assim, há a necessidade de conceituar o trabalho do menor em sua especificidade. Sugere-se para isso que os pré-testes a serem realizados pela Revisão da PNAD em 1990, sirvam como instrumento para verificação da adequabilidade deste conceito. Foi citado que a experiência obtida através do Suplemento do Menor (1985) demonstrou que o contingente de menores em atividades produtivas se revelou ainda maior quando, ao se abandonar a questão do período de referência, a investigação considerou apenas o período normalmente utilizado fora da escola. Assim, houve sugestão de se indagar se habitualmente ou normalmente trabalha, sem especificar o período de referência.

A este respeito, cabe destacar que o Projeto de Revisão, em seu Módulo I, propõe não só a investigação para a semana como para os últimos doze meses. Cabe avaliar se estes mesmos períodos de referência são os mais adequados para se apreender o trabalho do menor.

Quanto ao conceito de trabalho, no Módulo I chama-se a atenção sobre a necessidade de revisão deste conceito, visando a torná-lo mais amplo no sentido de, inclusive, captar o trabalho do menor. A proposta de reduzir o limite mínimo de horas trabalhadas para **uma hora de trabalho pelo menos**, já possibilita uma melhor apreensão do trabalho do menor, ainda que o conceito de trabalho proposto pelo Projeto de Revisão da PNAD deva ser entendido como uma primeira aproximação, necessitando ser mais detalhado.

Finalmente, foram feitas sugestões visando a alterar o limite de idade proposto na revisão da PNAD (5 a 9 anos), ampliando a investigação para a população de 5 a 13 anos de idade pois a legislação só permite o trabalho da população de 14 anos e mais de idade. A este respeito não se chegou a um consenso de como seria a operacionalização desta questão, cabendo destacar as sugestões que foram discutidas bem como os problemas daí decorrentes:

a) investigar três blocos de idade: 5 a 9 anos, 10 a 13 anos e 14 anos e mais, sendo que nestes dois últimos blocos haveria:

a.1 - duplicação do questionário pelos tipos de perguntas diferenciadas que são feitas na proposta de Revisão da PNAD para a população de 5 a 9 anos e de 10 anos e mais de idade.

a.2 - necessidade de se manter o limite de 10 anos e mais de idade para efeito de comparabilidade, a nível nacional e internacional.

b) investigar, em um único bloco, a população de 5 a 13 anos de idade, transcrevendo algumas informações de 10 a 13 anos de idade para o bloco que analisa as informações da população de 10 anos e mais de idade (conforme proposto no Projeto de Revisão da PNAD).

Foram ainda realizadas sugestões em relação ao Roteiro de Investigação apresentado na proposta de Revisão da PNAD, quanto às atividades produtivas da população de 5 a 9 anos de idade, que nos parecem adequadas, no sentido de:

a) eliminar do Roteiro de Investigação os itens tipo de tarefa ou serviço remunerado e o tipo de tarefa ou serviço não-remunerado.

b) no item a quem ajuda na tarefa ou serviço não-remunerado desagregar somente em família e outros (especificar).

FAMÍLIA

A proposta sobre esta temática foi realizada no sentido de repensar o conceito de família adotado pelo IBGE, que é bastante falho do ponto de vista sociológico, e visando a atender, ainda, ao texto da Constituição de 1988, que abole o conceito discricionário de chefia de família.

Antes mesmo da Constituição introduzir modificações a este respeito, já eram feitas críticas ao conceito de chefia da família. Atualmente, é deixado a cargo dos moradores do domicílio a designação da figura do chefe, pois, anteriormente, a chefia do domicílio era atribuída sempre ao cônjuge masculino da família principal. Os especialistas nesta área colocam que esta auto-designação da chefia, por parte dos moradores, oculta os critérios que teriam levado a esta escolha. Acrescente-se a este fato que, estudos a respeito de autoridade doméstica ou familiar, que poderiam ser desenvolvidos a partir da determinação do chefe, são de caráter complexo, pois envolvem outras pessoas que detêm esta autoridade no âmbito doméstico, que não o chefe.

Tomando como ponto de partida as estatísticas francesas dos últimos anos e adaptando-a^o à realidade brasileira, a proposta é feita no sentido de se alterar o termo chefe para **pessoa de referência do domicílio** e **pessoa de referência da família**. Esta mudança, no entanto, seria acompanhada de critérios para esta delimitação que não estivessem baseados em uma definição externa, como pelos moradores do domicílio ou membros da família, mas sim por regras sistemáticas estabelecidas previamente. Estas regras levariam em consideração a estrutura familiar, que seria o critério de maior peso, além de determinadas características de diferentes pessoas do domicílio, quais sejam: condição de atividade, rendimentos e idade.

Os três critérios hierarquizados são:

- 1 - estrutura familiar.
- 2 - condição de atividade combinada com os rendimentos.
- 3 - idade.

No primeiro critério, o casal suplanta a família monoparental e esta, por sua vez, a pessoa isolada. Quando ocorrer mais de um casal em um domicílio, a pessoa de referência será o cônjuge (homem ou mulher) dentre os casais que, além de ativo, apresentar a maior renda, ou na ausência destes dois últimos critérios, o que for mais velho. Portanto, a pessoa de referência do domicílio, que tem mais de uma família, se localiza na família principal.

Cabe ressaltar, ainda, que no caso de haver avô (avó), tio (tia) que criam, sob sua responsabilidade de socialização e dependência, netos e sobrinhos, aqueles seriam considerados como **pessoas de referência da família**, à semelhança da família monoparental (centrada no pai ou na mãe) pois, estariam, no caso, exercendo o papel de substitutos do pai ou da mãe.

O segundo critério, na hierarquia apresentada, combina, como visto, o fato de ser ativo com a maior renda na determinação da pessoa de referência. Como terceiro critério, quando nenhum dos dois anteriores é preenchido, ou seja, quando não se identifica nenhuma família no domicílio e seus moradores não trabalham e nem auferem rendimentos, prevalece o da idade, isto é, o mais idoso será considerado como a pessoa de referência do domicílio. Finalmente, cabe acrescentar que estes critérios hierarquizados delimitam tanto a **pessoa de referência do domicílio** como da **família**.

Em relação ao conceito de **família** é proposta uma alteração do mesmo, no sentido de só considerar como tal o conjunto de pessoas residentes em um mesmo domicílio ligadas por laços de parentesco (aliança ou consangüinidade), incluindo-se ainda, entre os filhos, tanto os

consangüíneos quanto os adotivos e os de criação. Ao se estabelecer a existência de laços de parentesco, o objetivo é adequar este conceito do ponto de vista sociológico, eliminando falhas apresentadas pelo mesmo na atual PNAD, que considera como família também um conjunto de pessoas que morem em domicílio particular, embora não estejam ligadas por laços de parentesco e/ou dependência doméstica.

No conceito de família proposto, ficam excluídos os domicílios particulares em que residam uma só pessoa (domicílios unipessoais) e aqueles integrados por 2 ou mais pessoas não aparentadas. A atual PNAD considera pessoa sozinha residindo em domicílio particular como família.

A proposta apresentada estabelece uma classificação dos domicílios particulares em : a) domicílios com família e b) domicílios sem família, sendo que ambos são subdivididos em diversos tipos:

a - domicílios com família

- casal sem filhos *
- casal com filhos *
- monoparentais: mulher *
- monoparentais: homem *
- outras famílias

* que podem ser subdivididas em famílias com ou sem outros parentes.

b - domicílios sem família

- unipessoais
- 2 ou mais pessoas sem laços de parentesco.

Em termos de divulgação, foi também sugerido que as tabulações básicas da PNAD seguissem esta nova classificação dos tipos de famílias a fim de se evitar a necessidade, hoje existente, de se recorrer a tabulações especiais.

Em relação à categoria estado conjugal foi proposta a sua substituição pela de estado civil sob o argumento de que a primeira referencia todas as situações em que o indivíduo se encontra à conjugalidade, podendo conotar um caráter de "normalidade" embutido na circunstância do casamento. A categoria estado civil, ao invés, estaria isenta de qualquer associação compulsória ao fenômeno da união conjugal.

Há, no entanto, que se avaliar esta proposição na medida em que a indagação sobre **estado civil** poderia dar uma conotação de situação "legal", o que será depois avaliado pela Equipe de Revisão da PNAD.

Finalmente, há que se ressaltar que a proposta de uma revisão na área da família representa um avanço técnico significativo a respeito desta temática. Cabe apontar, entretanto, que em termos operacionais, no momento da entrevista, é necessário definir a pessoa de referência, podendo, muitas vezes, ser preciso indagar a **condição de atividade e o rendimento**. Como sabemos, a informação sobre **rendimento**, no início da entrevista, pode prejudicar a realização da mesma. No entanto, os pré-testes sobre a Revisão da PNAD poderão servir de base para avaliar esta nova proposta e realizar, se for o caso, os ajustes necessários de forma a não inviabilizá-la.

OUTRAS SUGESTÕES

Posse do título de eleitor : sugeriu-se incluir esse quesito, já que esse documento é exigido quando da admissão da mão-de-obra engajada no setor formal da economia. Com isso pretende-se complementar a percepção sobre a situação sócio-econômica do trabalhador com uma dimensão política que, a exemplo do que ocorre em outros países, possibilitaria o acompanhamento das características sócio-econômicas e demográficas do eleitorado brasileiro.

Posse de certidão de nascimento : a sugestão desse quesito foi feita no sentido da complementação das informações do Registro Civil, possibilitando uma melhor avaliação do sub-registro daquela fonte.

Textos para Discussão já publicados

- * *Pesquisas Contínuas da Indústria* - Vol. 1, nº 1, jan. 1988
- * *Pesquisas Agropecuárias Contínuas: Metodologia* - Vol. I, nº 2, 1988
- * *Uma Filosofia de Trabalho: As experiências com o SNIPC e com o SINAPI* - Vol. I, nº 3, março 1988
- * *O Sigilo das Informações Estatísticas: Idéias para reflexão* - Vol. I, nº 4, abril 1988
- * *Projeções da População Residente e do Número de Domicílios Particulares Ocupados: 1985-2020* - Vol. I, nº 5, maio 1988
- * *Classificação de Atividades e Produtos, Matérias-Primas e Serviços Industriais: Indústria Extrativa Mineral e de Transformação* - Vol. 1, nº 6, agosto 1988
- * *A Mortalidade Infantil no Brasil nos Anos 80* - Vol. I, nº 7, setembro 1988
- * *Ensaio sobre o Produto Real da Agropecuária* - Vol. I, nº 9, setembro 1988
- * *Principais Características das Pesquisas Econômicas, Sociais e Demográficas* - Vol. I, número especial, outubro 1988
- * *Novo Sistema de Contas Nacionais, Ano Base 1980 - Resultados Provisórios* - Vol. I, nº 10, dezembro 1988
- * *Pesquisa de Orçamentos Familiares - Metodologia para Obtenção das Informações de Campo* - nº 11, janeiro 1989
- * *De Camponesa a Bóia-fria: Transformações do trabalho feminino* - nº 12, fevereiro 1989
- * *Pesquisas Especiais do Departamento de Agropecuária - Metodologia e Resultados* - nº 13, fevereiro 1989
- * *Brasil - Matriz de Insumo-Produto - 1980* - nº 14, maio 1989
- * *As Informações sobre Fecundidade, Mortalidade e Anticoncepção nas PNADs* - nº 15, maio 1989

- * *As Estatísticas Agropecuárias e a III Conferência Nacional de Estatística* - n.º 16, junho 1989
- * *Brasil - Sistema de Contas Nacionais Consolidadas* - n.º 17, agosto 1989
- * *Brasil - Produto Interno Bruto Real Trimestral - Metodologia* - n.º 18, agosto 1989
- * *Estatísticas e Indicadores Sociais para a Década de 90* - n.º 19, setembro 1989
- * *Uma análise do Cotidiano da Pesquisa no DEREN (As Estatísticas do Trabalho)* - n.º 20, outubro 1989
- * *Coordenação Estatística Nacional - Reflexões sobre o caso brasileiro* - n.º 21, novembro 1989
- * *Pesquisa Industrial Anual 1982/84 - Análise dos Resultados* - n.º 22, novembro 1989
- * *O Departamento de Comércio e Serviços e a III Conferência Nacional de Estatística* - n.º 23, dezembro 1989
- * *Um projeto de Integração para as Estatísticas Industriais* - n.º 24, dezembro 1989
- * *Cadastro de Informantes de Pesquisas Econômicas* - n.º 25, janeiro 1990
- * *Ensaio sobre a Produção de Estatística* - n.º 26, janeiro 1990
- * *O Espaço das Pequenas Unidades Produtivas: Uma tentativa de delimitação* - n.º 27, fevereiro 1990
- * *Uma Nova Metodologia para Correção Automática no Censo Demográfico Brasileiro: Experimentação e primeiros resultados* - n.º 28, fevereiro 1990
- * *Notas Técnicas sobre o Planejamento de Testes e Pesquisas Experimentais* - n.º 29, março 1990

- * *Estatísticas, Estudos e Análises Demográficas - Uma visão do Departamento de População - n.º 30, abril 1990*
- * *Crítica de Equações de Fechamento de Empresas no Censo Econômico de 1985 - n.º 31, maio 1990*
- * *Efeito de Conglomeração da Malha Setorial do Censo Demográfico de 1980 - n.º 32, maio 1990*
- * *A Redução da Amostra e a Utilização de Duas Frações Amostrais no Censo Demográfico de 1990 - n.º 33, junho de 1990*
- * *Estudos e Pesquisas de Avaliação de Censos Demográficos - 1970 a 1990 - n.º 34, julho de 1990*
- * *A Influência da Migração no Mercado de Trabalho das Capitais do Centro-Oeste - 1980 - n.º 35, agosto de 1990*
- * *Pesquisas de Conjuntura: Discussão sobre Variáveis a Investigar - n.º 36, setembro de 1990*
- * *Um Modelo para Estimar o Nível e o Padrão da Fecundidade por Idade com Base em Parturições Observadas - n.º 37, outubro de 1990*
- * *A Estrutura Operacional de Uma Pesquisa por Amostra - n.º 38, novembro de 1990*
- * *Produção Agrícola, Agroindustrial e de Máquinas e Insumos Agrícolas no Anos 80: Novas Evidências Estatísticas - n.º 39, dezembro de 1990*
- * *A Inflação Medida pelo Índice de Preços ao Consumidor - n.º 40, janeiro de 1991*
- * *A Participação Política Eleitoral no Brasil - 1988, Análise Preliminar - n.º 41, fevereiro de 1991*
- * *Ensaio sobre Estatísticas do Setor Produtivo - n.º 42, março de 1991*
- * *A Produção Integrada de Estatística e as Contas Nacionais: Agendas para Formulação de um Novo Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas - n.º 43, março de 1991*
- * *Matriz de Fluxos Migratórios Intermunicipais - Brasil - 1980 - n.º 44, abril de 1991*

45, abril de 1991